

# BOLETIM INFORMATIVO

SESI

Sindicato das Empresas  
de Seguros Privados e de Capitalização  
no Estado de São Paulo

ANO XV

São Paulo, 15 de março de 1983

Nº 357

- \* Expandir o mercado segurador e mobilizar as diversas correntes do setor, na busca de melhores condições de atuação, é o principal objetivo da nova Diretoria do Sindicato, liderada por Octávio Cezar do Nascimento. A Diretoria, eleita para o período 1983 - 1986, tomou posse dia 19 de março último, na sede da entidade, em solenidade presidida pelo Dr. Ricardo Nacim Saad, representando o Ministro do Trabalho, a qual estiveram presentes o Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Dr. Ernesto Albrecht, o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, Dr. Francisco de Assis Figueira, o Presidente licenciado da Fenaseg, Dr. Clínio Silva, o Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro, Dr. José Francisco de Miranda Fontana, o Presidente da Federação Nacional dos Bancos, Dr. Roberto Konder Bornhausen, o Presidente da Associação das Companhias de Seguros, Dr. Caio Cardoso de Almeida, o Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Dr. Guilherme Afif Domingos, representantes das empresas associadas e dirigentes de entidades sindicais ligadas ao setor de seguros. Como encarte desta edição do Boletim Informativo, publicamos os pronunciamentos feitos durante a cerimônia pelos senhores Walmiro Ney Cova Martins e Octávio Cezar do Nascimento.
- \* Na seção IMPRENSA desta edição reproduzimos matéria do Diário Oficial do Estado, em que a Diretoria torna público o inteiro teor do despacho proferido pelo Delegado Regional do Trabalho em São Paulo homologando a reforma parcial dos Estatutos do Sindicato. Os novos dispositivos estatutários estão sendo impressos tipograficamente para posterior distribuição ao quadro associativo da entidade.
- \* Foi fixado em 6,7% a variação da correção monetária a ser aplicada às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, no mês de março. É o que estabelece a Portaria assinada dia 28 de fevereiro de 1983, pelos Ministros do Planejamento e da Fazenda. Com essa medida cada ORTN estará valendo Cr\$ 3.292,32 (três mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros e trinta e dois centavos) neste mês.
- \* O Jornal do Brasil em sua edição do dia 03.03.83, publicou dois editoriais em que os articulistas tecem comentários e explicações em torno do seguro de condomínios. Tratando-se de assunto de interesse geral, reproduzimos na seção IMPRENSA deste Boletim os mencionados artigos.

## NOTICIÁRIO

Informações Gerais 1

## SISTEMA SINDICAL DE SEGUROS

FENASEG - Resoluções da Diretoria 2

S E S P C - Circular nº. 009/83 3

## PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento - Portaria Interministerial nº. 019, de 28.02.83 4

Ministério do Interior - Banco Nacional da Habitação - FGTS - POS Nº. 01/83 5

## SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS

C N S P Resolução nº. 01/83 6

SUSEP - Circulares nºs. 005, 006 e 007/83 7 a 7-AeB

## ENTIDADES CULTURAIS E TÉCNICAS

Associação Brasileira de Engenheiros de Seguros - Boletim Informativo nº. 002 8 a 10

## PUBLICAÇÕES LEGAIS

Diário Oficial da União - Sociedades Seguradoras e de Capitalização 11

## IMPRESSA

Reprodução de matéria sobre seguros 12 a 30

## DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SEGUROS

Resoluções de órgãos técnicos 1 a 5

## POSSE DA NOVA DIRETORIA

Pronunciamentos dos senhores Walmiro Ney Cova Martins e Octávio Cezar do Nascimento Encarte



- \* A Delegacia da Susep em São Paulo informou ao Sindicato que Nobre-Corretora e Administradora de Seguros Ltda. - CR nº. 645 (OF. DL/SP/Nº. 0168/83 - Proc. Susep nº. 005-4043/82) e Augustus Corretora de Seguros S.A. - CR nº. 858 (OF. DL/SP/Nº. 0194/83 - Proc. Susep nº. 005-00461/83), deixaram de operar como Corretoras de Seguros, tendo sido cancelados, a pedido, os respectivos registros naquela Superintendência. Comunicou, ainda, aquela Delegacia, o cancelamento temporário, a pedido, do registro do Corretor de Seguros Mituo Odaira, portador da Carteira de Registro nº. C. 05-011/82 (OF. DL/SP/Nº. 186/83 - Proc. Susep nº. 005-462/83).
  
- \* A empresa que não realizar os depósitos devidos ao F G T S, no prazo indicado nas instruções aprovadas pela Ordem de Serviço POS nº. 02/78, ficará sujeita a uma das multas, estabelecidas na Ordem de Serviço do Banco Nacional da Habitação que modifica instruções sobre o F G T S (ver seção PODER EXECUTIVO).
  
- \* A Companhia de Seguros Cruzeiro do Sul comunica que a sua Sucursal de Pernambuco transferiu as instalações para a Av. Conselheiro Aguiar, 5025 - Fone: (081) 325.3133 - Telex: (081) 1477 - Boa Viagem - Recife.
  
- \* Encontram-se na Secretaria deste Sindicato, à disposição de eventuais interessados, currículos de profissionais do setor, com as seguintes qualificações: executivo a nível de diretoria com larga experiência nas áreas de produção, técnica, sinistro e administrativa; técnico com especialidade na gerência dos seguros de vida em grupo e de acidentes pessoais; técnico em contabilidade com experiência no setor de seguros.
  
- \* O mês de março corrente assinala o transcurso do aniversário de fundação das seguintes empresas associadas:-
  - COMPANHIA ADRIÁTICA DE SEGUROS GERAIS - CAS
  - COMPANHIA DE SEGUROS DA BAHIA
  - NACIONAL COMPANHIA DE SEGUROS



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE  
SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

## Resoluções de 21.02.83

(ATA Nº 01/83)

- 01) Aprovar o relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho sugerindo medidas para simplificação dos procedimentos administrativos nos seguros parcelados em conformidade com a Circular SUSEP-34/82, com manifestação contrária do Conselheiro Eduardo Vianna. (820.646)
- 02) Agradecer o relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho incumbido de sugerir critérios para cálculo da reserva de riscos não expirados e oficiar à SUSEP. (820.645)
- 03) Convocar reunião especial da Diretoria para as 9:30 horas do dia 08 de março vindouro, com a presença de convidados, para apreciação do Projeto de Normas para o Seguro de Vida em Grupo. (810.448)
- 04) Homologar a decisão da Comissão Regional de Incêndio do Sindicato do Paraná, pela negativa da Tarifação Individual solicitada, em virtude de o risco não apresentar condições especiais aos normais da sua classe. (820.447)
- 05) Oficiar ao IRB, informando ser a Superinspect-Supervisão, Vistorias e Inspeções S/C Ltda, a empresa indicada para exercer, no Chile, as atividades de vistoriadora. (810.541)



*Sindicato das Empresas  
de Seguros Privados e de Capitalização  
no Estado de São Paulo*

CIRCULAR-SSP  
PRESI - 009/83

01 de março de 1983

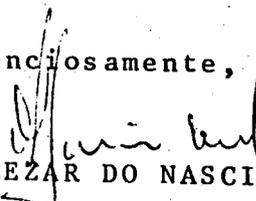
Às  
EMPRESAS ASSOCIADAS  
SÃO PAULO - SP

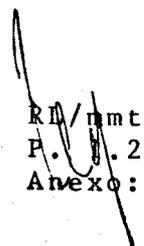
SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

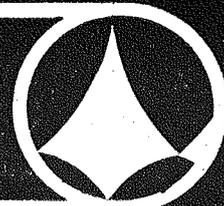
O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, em reunião de 02 de fevereiro de 1983, fixiou novos limites para a comercialização do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

Para conhecimento e orientação das empresas associadas reproduzimos, em anexo, o inteiro teor da Resolução CNSP nº. 01/83, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de fevereiro último, data em que entrou em vigor.

Atenciosamente,

  
OCTÁVIO CEZAR DO NASCIMENTO  
Presidente

  
RM/nmt.  
P. 20.120.013.  
Anexo:- citado.



## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPLAN/MF Nº 019  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1983

OS MINISTROS DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 4.357, de 16 de julho de 1964, e 6.423, de 17 de junho de 1977,

### R E S O L V E M :

Fixar para o mês de março de 1983, em:

1. 329,232 (trezentos e vinte e nove vírgula duzentos e trinta e dois) o coeficiente de correção monetária das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs;

2. 6,7% (seis vírgula sete por cento) o acréscimo referente à correção monetária aplicável às ORTNs;

3. Cr\$ 3.292,32 (três mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros e trinta e dois centavos) o valor de cada ORTN.

ANTÔNIO DELFIM NETTO

ERNANÉ GALVÊAS

EVOLUÇÃO MENSAL DO COEFICIENTE DAS OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL - ORTN

ANOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,000	1,000	1,000
1965	1,130	1,130	1,130	1,340	1,340	1,340	1,520	1,520	1,570	1,590	1,605	1,630
1966	1,660	1,705	1,730	1,760	1,828	1,909	1,987	2,043	2,101	2,161	2,218	2,269
1967	2,323	2,378	2,428	2,464	2,501	2,546	2,618	2,684	2,725	2,738	2,757	2,796
1968	2,848	2,898	2,940	2,983	3,039	3,120	3,209	3,281	3,341	3,388	3,439	3,495
1969	3,562	3,627	3,691	3,743	3,801	3,848	3,900	3,927	3,956	3,992	4,057	4,142
1970	4,235	4,330	4,417	4,467	4,508	4,550	4,620	4,661	4,705	4,761	4,851	4,954
1971	5,051	5,144	5,212	5,264	5,325	5,401	5,508	5,618	5,736	5,861	5,979	6,077
1972	6,152	6,226	6,309	6,381	6,466	6,575	6,693	6,789	6,846	6,895	6,961	7,007
1973	7,087	7,157	7,232	7,319	7,403	7,497	7,580	7,648	7,712	7,787	7,840	7,907
1974	8,062	8,147	8,269	8,373	8,510	8,691	8,980	9,375	9,822	10,190	10,410	10,541
1975	10,676	10,838	11,018	11,225	11,449	11,713	11,927	12,131	12,320	12,570	12,843	13,093
1976	13,334	13,590	13,894	14,224	14,583	15,017	15,460	15,855	16,297	16,833	17,440	17,968
1977	18,365	18,683	19,051	19,483	20,045	20,690	21,380	21,951	22,401	22,715	23,030	23,374
1978	23,832	24,335	24,899	25,541	26,287	27,088	27,904	28,758	29,557	30,329	31,049	31,844
1979	32,682	33,420	34,197	35,051	36,364	37,754	39,010	40,071	41,224	42,880	44,847	46,871
1980	48,783	50,833	52,714	54,664	56,686	58,613	60,489	62,425	64,423	66,356	68,479	70,670
1981	73,850	77,543	82,583	87,786	93,053	98,636	104,554	110,827	117,255	123,939	131,004	138,209
1982	145,396	152,666	160,299	168,314	177,571	187,377	197,641	209,499	224,164	239,855	256,645	273,327
1983	291,093	308,559	329,232									

# Ministério do Interior

## BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO

FGTS - POS Nº 01 /83

Introduz modificações nas  
"Instruções sobre o FGTS"

O Presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH), no uso de suas atribuições, resolve baixar a seguinte Ordem de Serviço:

1 - O item 71 das "Instruções sobre o FGTS", aprovadas pela Ordem de Serviço POS nº 02/78, passa a vigorar com a seguinte redação:

" 71 - A empresa que não realizar os depósitos devidos ao FGTS, no prazo indicado nestas instruções, ficará sujeita a uma das seguintes multas, calculada sobre o valor do débito:

a) 10% (dez por cento) se o recolhimento for efetuado dentro do exercício (ano) em que for devido;

b) 20% (vinte por cento) se o recolhimento for efetuado fora do exercício (ano) em que for devido".

2 - A presente Ordem de Serviço entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

(Of. nº 23/83)

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1983

JOSE LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 25.02.83



## CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO CNSP Nº 01/83

O CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (CNSP), no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições dos artigos 27 e 30 do seu Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do processo CNSP-34/76-E,

### R E S O L V E:

1. Dar nova redação ao item 31 das Normas Disciplinadoras do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, aprovadas pela Resolução CNSP nº 1, de 03/10/75, e alteradas pela Resolução CNSP nº 3, de 25/05/82, como segue:

"31. A receita de prêmios brutos diretos de cada Sociedade Seguradora, relativa às operações de seguro a que se referem as presentes Normas, ficará limitada, em cada exercício, ao valor calculado de acordo com a tabela seguinte, tendo por base seu Ativo Líquido apurado pela SUSEP em 31 de março do exercício anterior:

ATIVO LÍQUIDO EM MILHÕES DE CRUZEIROS				LIMITE DE PRODUÇÃO
Até			300	0,60 do A.L.
De	300	a	600	0,50 do A.L. + 30.000
De	600	a	1.000	0,235 do A.L. + 189.000
De	1.000	a	2.250	0,1108 do A.L. + 313.200
Acima de			2.250	0,25 do A.L.

31.1 - A Sociedade Seguradora que ultrapassar o Limite de Produção do Seguro DPVAT, previsto no caput deste item, será obrigada a ressegurar a totalidade do excesso, observado o seguinte procedimento:

a) até 10% (dez por cento) de excesso sobre o seu Limite de Produção em Seguro DPVAT, a Sociedade Seguradora terá direito à comissão de 10% (dez por cento) sobre o montante excedido;

b) não será abonada nenhuma comissão sobre o valor da produção que exceder em mais de 10% (dez por cento) o Limite de Produção de cada Sociedade Seguradora para Seguro DPVAT, devendo, nesse caso, as Sociedades Seguradoras recolher ao IRB, até o dia 15 (quinze) do mês imediatamente subsequente a essa ultrapassagem, o valor total da produção não comissionável ultrapassada.

31.2 - O IRB redistribuirá entre as Sociedades Seguradoras que, no mês anterior, não houverem produzido aquém de 30% (trinta por cento) ou além de 100% (cem por cento) dos seus respectivos Limites de Produção em DPVAT, a produção a que se refere a letra "b" do subitem 31.1, respeitados, tanto quanto possível, os limites máximos e os percentuais efetivos de produção, em DPVAT, de cada uma das Sociedades Seguradoras retrocessionárias.

31.3 - A Sociedade Seguradora que não atingir o mínimo de 30% (trinta por cento) de seu Limite de Produção para o Seguro DPVAT poderá ser excluída da comercialização do referido Seguro no exercício seguinte, mediante decisão do CNSP, por proposta da SUSEP.

31.4 - A SUSEP e o IRB baixarão normas complementares para disciplinar o cumprimento do estabelecido nesta Resolução."

2. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 02 de fevereiro de 1983.

; ERNANE GALVÊAS

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 28.02.83

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR SUSEP Nº 005

de 17 de fevereiro de 1983

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com o disposto no § 6º do artº 289 da Lei nº 6 404, de 15 de dezembro de 1976.

### R E S O L V E :

I- Estabelecer que a publicação do BALANCE PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO TRIMESTRAL, bem como das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, consubstanciados nos Anexos nºs 02 e 04 do Plano de Contas das Sociedades Seguradoras, instituído pela Circular SUSEP nº 05, de 10 de janeiro de 1979, sejam feitas adotando-se como expressão monetária o "milhar de cruzeiros".

II - A presente Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Francisco de Assis Figueira

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 28.02.83

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº 006 DE 21 DE fevereiro DE 1983

Altera a Tarifa de Seguros Aeronáuticos (Circular SUSEP nº 07/75).

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS(SUSEP), na forma do disposto no art. 36, alínea "c", do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; considerando o proposto pelo Instituto de Resseguros do Brasil e o que consta do Processo SUSEP nº 001.08960/82;

### R E S O L V E:

1 - Aprovar nova redação para o item 1 da Cláusula nº 16-A, constante do Anexo nº 3 da Tarifa de Seguros Aeronáuticos, conforme abaixo:

"Cláusula nº 16-A - Cláusula Especial aplicável ao seguro de casco de helicópteros.

1) Declara-se para os devidos fins e efeitos que a cobertura da presente apólice refere-se a pilotos de helicópteros, legalmente habilitados na especialidade, e com o mínimo de 100 horas de experiência, ficando entendido e concordado que, sem prejuízo de outras disposições existentes na apólice, se na ocasião do sinistro o aparelho tiver aos comandos pessoa com menor número de horas de experiência, o Segurado participará da indenização, inclusive em Perda total, nas seguintes proporções: se o piloto tiver até 100 horas de voo em helicópteros - percentagem obtida pela fórmula:  $80 - 0,56 \text{ HPH}$  (oitenta menos cinquenta e seis centésimos do número de horas voadas pelo piloto em helicópteros); se tiver entre 100 e 500 horas de helicópteros - percentagem obtida pela fórmula:  $30 - 0,06 \text{ HPH}$  (trinta menos seis centésimos do número de horas voadas pelo piloto em helicópteros). A presente cláusula não se aplicará quando o helicóptero tiver aos comandos chegador oficialmente designado e no exercício pleno dessas funções".

2 - Esta Circular entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas em disposições em contrário.

(Of. nº 29/83)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 10.03.83

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº007 DE 21 DE fevereiro DE 1983.

Altera a tabela de Valores Ideais, do Seguro Automóveis (Circular SUSEP nº 23/74).

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, (SUSEP), na forma do disposto no art. 36, alínea "c", do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;

considerando o proposto pelo Instituto de Resseguros do Brasil e o que consta do processo SUSEP nº 001.06978/82;

### R E S O L V E:

1 - Aprovar a inclusão de veículos, na Tabela de Valores Ideais - Demais Veículos, divulgada pela Circular SUSEP nº 46/82, na forma abaixo:

### 2 - CAMINHÕES (EXCLUÍDA A CARROÇERIA) PICK-UPS E RE-

#### BOCADORES.

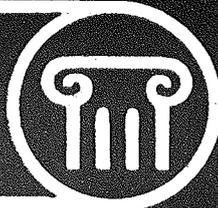
<u>Fabricante</u>	<u>Marca e Tipo</u> <u>Nacionais</u>	<u>Valor Ideal</u> <u>Cr\$1.000,00</u>
.....		
Volkswagen	Pick-up Saveiro (qualquer tipo)	1.800
	VW 6.80	4.700
	VW 6.90	5.000

2 - Esta Circular entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Of. nº 30/83)

Francisco de Assis Figueira.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 10.03.83



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS DE SEGUROS  
CEP: 01014 - R. Boa Vista, 314 - 10º andar - SP  
C.G.C.: 45.426.293/0001-01 - fone: 258.5433

## BOLETIM INFORMATIVO

A N O III

São Paulo, 28 de Fevereiro de 1.983

Nº. 002

### I - EDITORIAL

Vocês sabem como é difícil conseguir assunto para este Boletim? Pois é, Caros Colegas, de vez em quando fica-se com a caneta na mão direita e a cabeça apoiada na esquerda, o olhar contemplando o papel em branco... e nada! Parece incrível que, com tudo que acontece em nossa volta no nosso meio profissional, não nos venha inspiração, não é? Afinal, cada um dos nossos Associados tem um Universo de Informações e Acontecimentos girando ao seu redor, que por si só nos abasteceriam de assunto. Em vários Boletins nossos fizemos este apelo mas aonde estão essas informações e os relatos desses acontecimentos?

Colegas este Boletim relata a vida da nossa Associação. O Diretor que elabora deveria tão somente reunir o material e dar-lhe forma, mas se continuarmos a nos omitir, o que pensarão os que nos lêem? Que não fazemos nada? Vamos lá! Todos vocês, com certeza tem muito o que dizer.

Bem gente, aguardamos manifestações. Façamos com que nossa imagem, fixada nesse nosso Boletim, seja tão bonita quanto nossas atividades, e tão pujante quanto nossa "ABES".

Engº. FLÁVIO EUGÊNIO RAIÁ ROSSI

### II - NOTICIÁRIO DE IMPRENSA

O Diário do Comércio em suas edições dos dias 04.Fev.83 e 25.fev.83 deu as seguintes notícias:

#### 1) REDUÇÃO DE CUSTOS EXIGE AVALIAÇÃO EXATA

Na atual conjuntura e diante das incertezas dos próximos anos, as empresas já procuram introduzir, em suas operações, políticas de contenção de despesas e melhoria de eficiência. Ao analisar o item seguros, essas empresas, se tomarem por base a própria experiência, estarão sujeitas a erros de avaliação, colocando em risco a sua existência ou a continuidade de seus negócios. Caberá, portanto, aos engenheiros das seguradoras e corretoras, através da experiência acumulada no contato com empresas semelhantes, a difícil tarefa de promover uma avaliação correta dos riscos de seus segurados, dando-lhes novos parâmetros que permitam a execução daquelas políticas, de uma maneira segura.

A afirmação acima foi feita pelo membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Engenheiros de Seguros que ressaltou também a importância "do trabalho do engenheiro de seguros" e "da formação de pessoal especializado" e negou que por serem profissionais ligados às corretoras e seguradoras, os engenheiros possam apresentar análise de riscos com a intenção de obter contratos de seguros de valor maior que o necessário. Além da própria ética profissional impedir tal procedimento, disse, atualmente, as seguradoras não têm interesse em contratar seguros de valores além do necessário.

.../.

## 2) NO DC SERÃO ESCLARECIDAS DÚVIDAS SOBRE SEGUROS

A Associação Brasileira dos Engenheiros de Seguros irá colaborar com o Diário do Comércio, mantendo nesta página especializada uma seção em que suas Comissões Técnicas estarão abordando assuntos diversificados, de interesse da classe empresarial, bem como do mercado segurador. Além de exposições sobre assuntos técnicos, a "ABES" estará respondendo aos leitores deste jornal quaisquer dúvidas sobre contratos de seguros, já executados ou mesmo sobre os aspectos do planejamento de seguro mais adequado a cada empresa. As consultas devem ser endereçadas à editora de seguros. Rua Galvão Bueno nº. 83 - Liberdade - São Paulo.

## III- CURSOS

1) Fundação Armando Álvares Penteado (Centro Universitário de Aperfeiçoamento Profissional CENAP) Rua Alaças nº. 903 - Sala M-9 (Prédio do Museu) - São Paulo/SP - Fone: 826-4233 - ramal 53

### 1.1 - CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS E SEGUROS

#### a) Programa

- Administração de Riscos:

Importâncias do Gerenciamento de Riscos/Teoria de Riscos / Técnicas de Identificação e Análise de Riscos/Controle de Perdas/Implantação de um Programa de Prevenção e Controle - de Perdas em uma Empresa/A experiência brasileira em Gerência de Riscos

- Administração de Seguros:

Nocões de Seguros/Seguros de Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil, Riscos Diversos e Transporte/Seguro Incêndio/ Seguro de Garantia de Obrigações Contratuais/Seguros de Riscos de Engenharia/Estratégia de Seguros na Empresa.

#### b) Professores

- Flávio Eugênio Raia Rossi, da Associação Brasileira de Engenheiros de Seguros.

- Francesco M.G.A.F. De Cicco, da Fundacentro.

- Ivo Marcos Falcone, da Associação Brasileira de Engenheiros de Seguros.

- Luiz Márcoto Sakamoto, da Associação Brasileira de Engenheiros de Seguros

- Mário Luiz Fantazzini, da Fundacentro

c) Início.: 02 de Maio de 1.983

Duração: 60 horas

Horário: 2as, 3as e 5as das 19:30 às 22:45 horas.

### 1.2 - 12º CURSO INTENSIVO DE ADMINISTRAÇÃO

Início.: 07 de Março de 1.983

Duração: 195 horas/aula

Horário: de 2a a 5a. Feira das 19:30 às 22:45 horas

../. .

2) Centro de Treinamento Universidade-Empresa  
Avenida Brig.Faria Lima, 1.857-cjs.904/909 - Tel: (011) 212-3361-SP/SP

2.1 - MICROCOMPUTADOR - Programação Linguagem Basic

Início.: De 21 de Março à 13 de Abril

Horário: 2as e 4as feiras, das 19:30 às 22:30 horas

#### IV - NOTÍCIAS INTERNAS

- 1) Realizaremos no próximo dia 03 de Março Assembléia Geral Extraordinária no Instituto de Engenharia localizado no Viaduto Dona Paulina nº80 8º Andar-sala 3, às 19:00 horas para alteração de nossos Estatutos. Essas alterações visam dinamizar a eficiência de nossa Administração e aumentar o número de cargos de nossa Diretoria e do nosso Conselho de Administração (Os sócios serão convocados através da Imprensa e de Circular específica).
- 2) Realizaremos no próximo dia 25 de Março Assembléia Geral Ordinária no Instituto de Engenharia localizado no Viaduto Dona Paulina nº. 80 - 8º andar - sala 3, às 19:00 horas para tratar principalmente da eleição de nosso próximo quadro administrativo que deverá tomar posse no dia 1º de Abril próximo (Os sócios serão convocados através da Imprensa e de Circular específica).
- 3) Encontram-se a disposição dos interessados em nossa sede, exemplares do regulamento de eleições.
- 4) Ressaltamos que o Regulamento das Eleições prevê que para exercitar o direito de voto o sócio deverá ter quitado a contribuição social até 10 dias antes da eleição, ou seja até o dia 15 de Março próximo.



REPRODUÇÃO(ÕES) DO ORIGINAL DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## Ineditoriais

### Itaú Seguradora S/A

#### CERTIDÃO

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho do Sr. Secretário Geral desta Junta Comercial, exarado em petição taxada com Cr\$ 119,00 e protocolada sob nº 3894/83, que a sociedade de "ITAU SEGURADORA S.A.", com sede nesta Capital à Rua Barão de Itapetininga, nº 18, arquivou nesta Repartição sob nº 16.615/83, em 24 de fevereiro de 1983, a autorização para operar planos de previdência privada aberta, na modalidade Pecúlio, apostilada na Carta Patente nº 062 de 07 de julho de 1981; do que dou fé. Secretária da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 25 de fevereiro de 1983. Eu, Helena Russo, escriturária, a escrevi, conferi e assino. Eu, Ana Maria de Moraes Castro, chefe substituta da Seção de Certidões, a subscrevo. VISTO: p/Rubens Abutara - Secretário Geral (a) Ana Maria de Moraes Castro.

(Nº 4.408 de 3-3-83 - Cr\$ 6.000,00)

### Noroeste Seguradora S/A

#### C E R T I D Ã O

Certifico, em cumprimento ao despacho do Sr. Secretário Geral desta Junta Comercial exarado em petição taxada com Cr\$ 119,00 e protocolada sob nº 1.229/83, que a sociedade "NOROESTE SEGURADORA S/A", com sede nesta Capital, à Rua Álvares Penteado, nº 216 - 1º subsolo, arquivou nesta Repartição sob nº 4230, em sessão de 13 de janeiro de 1983, a Folha do DOU, edição de 21 de dezembro de 1982, que publicou a Portaria SUSEP nº 248 datada de 30 de novembro de 1982, que aprovou o destaque do capital de Cr\$ 200.000.000,00, para as operações de Previdência Privada Aberta, conforme deliberação dos seus acionistas em Assembléia Geral Extraordinária realizada aos 19 de outubro de 1982; do que dou fé. Secretária da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 01 de fevereiro de 1983. Eu, Elizabete da Silva, escriturária, a escrevi, conferi e assino: Elizabete da Silva. Eu, Helena Russo, Chefe substituta da Seção de Certidões, a subscrevo: Helena Russo. Visto Rubens Abutar. Secretário Geral: Helena Russo

(Nº 4.426 de 2-3-83 - Cr\$ 9.000,00)

### Companhia Internacional de Seguros

CGC nº 33.163.718/0001-58

#### C E R T I D Ã O

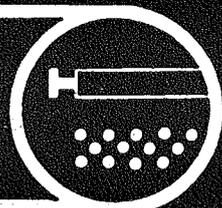
Processo nº 7.871/83

CERTIFICO que CIA. INTERNACIONAL DE SEGUROS arquivou nesta JUNTA sob o nº 105.643 por despacho de 23 de fevereiro de 1983, da 1ª. TURMA, Ata da AGE de 15/10/82, que aumentou o capital social para Cr\$ 4.780.000.000,00 e alterou o Estatuto Social, arquivou ainda D.O.U. de 9/2/83, que publicou a Portaria SUSEP nº 015, de 18/1/83, aprobatória do assunto do que dou fé. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em 23 de fevereiro de 1983. Eu, Marlene de S. Queiroz escrevi, conferi e assino. Eu, LUIZ IGREJAS, Secretário Geral da JUCERJA, a subscrevo e assino.

Taxa de arquivamento - Cr\$ 22.576,00

(Nº 24.576 de 01-03-83 - Cr\$ 6.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 04.03.83



## A saúde do seguro

Luiz Mendonça

Pode-se dizer que, apesar de tudo, o mercado de seguros vai bem.

Teve ele fase áurea na primeira metade dos anos 70, quando a economia do País estava de vento em pópa. Na segunda metade, porém, a inflação começou a fazer estragos no barco. Primeiro, desacelerando a expansão do faturamento (de prêmios), que se tornaria negativa (menos oito por cento) em 1980 e em 1981; depois, conduzindo a operação do seguro para a zona vermelha do prejuízo anual ascendente.

Na maré alta, as empresas seguradoras adotaram a boa política do fortalecimento patrimonial, reinvestindo lucros. Na maré baixa, por cumprirem da melhor forma possível o papel de investidores institucionais, vêm extraindo da gestão financeira (do patrimônio) rendas maiores que os prejuízos inevitáveis da gestão técnica (do seguro). E assim o barco continua em boas condições de navegabilidade.

Em 1982, afinal, um fato novo e auspicioso: o faturamento de prêmios voltou a

ter expansão real (estimada em torno de dois por cento), de modo que a atividade seguradora, pelo menos nesse ponto, conseguiu reagir contra as pressões inflacionárias, superando-as. Já é alguma coisa, porque abre uma perspectiva nova.

A partir de 1983, mantido o crescimento real do volume de prêmios, restará o problema que consiste em expurgar a operação de seguro da sua tendência para o déficit. Há muitos fatores envolvidos nesse problema. Se a inflação ajudou, caindo do nível a que chegou em 1982, tudo indica que o desempenho do seguro será ainda melhor.

De qualquer modo, fica patente a importância assumida, nos tempos atuais, pelo setor financeiro das empresas seguradoras. A política de inversões é o seguro-saúde para a economia de tais empresas, até agora mantida em bom estado, em meio às enfermidades de que padecem outros setores da economia.

É claro que essas enfermidades devem ser curadas, com urgência. Mas também é claro que importa colocar a salvo de contágio a atividade seguradora. As empresas do ramo, se não tiverem elas próprias segurança e solidez, não poderão responder pela segurança alheia, ainda mais relevante em hora de crise. Basta ver que, não obstante o desfavor das circunstâncias econômicas e financeiras, mesmo assim o público, no passado, comprou seguros em doses suficientes para fazê-lo correr à frente da inflação.

JORNAL DO COMMERCIO

23.02.83

# Reivindicações do mercado chegam às autoridades

O presidente da Associação das Companhias de Seguros, Caio Cardoso de Almeida, esteve reunido no início da semana com o secretário da Receita Federal, Francisco Neves Dornelles, e com o secretário-geral da Seplan, José Flávio Pécora. Nos contatos mantidos em Brasília, Caio Cardoso de Almeida levantou os problemas enfrentados pelo setor e que impedem o seu desenvolvimento, refletindo-se, inclusive, no decréscimo de sua participação na formação do PIB, verificado nos últimos anos. Além de apresentar alguns problemas estruturais do mercado segurador, o presidente da ACS pediu meios de seguro de vida e de acidentes pessoais na declaração do IR de pessoas físicas, a partir do ano-base de 92. Ao ministro Hélio Beltrão, ele encaminhou memorial manifestando os benefícios que adviriam a todo o mercado segurador e também à sociedade trabalhadora a atuação do setor privado na angariação do seguro de acidentes do trabalho, mesmo que numa primeira etapa, este seguro seja diluído entre a tutela pública e as companhias privadas.

Na audiência que manteve com José Flávio Pécora, Cardoso de Almeida, pediu pela volta das atribuições deliberativas ao Conselho Técnico do IRB, que atualmente é um órgão apenas consultivo, sem qualquer poder de decisão. A concentração do poder decisório sobre a presi-

dência do IRB, que tem 50% de participação privada, enrijeceu sobremaneira a sua estrutura, salientou. Muitos danos sofridos pelo setor e que, muitas vezes, recaem sobre pessoas erradas devem-se "à falta de poder deliberativo do Conselho Técnico e de um diálogo esclarecedor entre a administração do Instituto e o mercado segurador". A colaboração do Conselho Técnico na resolução dos problemas do setor não pode ser relegada à nível facultativo e de simples consulta, acrescentou Cardoso de Almeida. Tanto os aspectos adversos das operações do exterior quanto a partilha de seguro de bens do Governo, que corresponde a cerca de 40% de todo o mercado, poderiam ser resolvidos de melhor maneira com a colaboração desse Conselho, citou o documento entregue ao secretário-geral da Seplan.

## DEDUÇÃO DO IR

A retirada da dedução de despesas relativas aos prêmios de seguro de vida e de acidentes pessoais no Imposto de Renda das pessoas físicas a partir de 1981, segundo Caio Cardoso de Almeida, modificou, profunda e significativamente, todo um comportamento de mercado, restringindo e inibindo o próprio desenvolvimento e expansão que as companhias seguradoras vinham apresentando.

.../.

Além desse fator de restrição ao crescimento do mercado, salientou Cardoso de Almeida, verifica-se que a Receita Federal obteve poucos resultados com a decisão. Conforme demonstra o estudo apresentado pelo empresário segurador, os prêmios do seguro de vida e de acidentes pessoais representaram em 1980, 0,74% dos abatimentos totais. A situação, que não deve ter-se alterado substancialmente nos últimos dois anos, acentuou Cardoso de Almeida, mostra que naquele período menos de um por cento dos abatimentos verificados foram imputados àqueles declarados por prêmios de seguros. Outro aspecto levantado no documento entregue à Francisco Dornelles, pedindo a volta da dedução dos prêmios de seguro e de acidentes pessoais na renda tributável de pessoas físicas, refere-se às consequências negativas dessa supressão em termos sociais. Os seguros de pessoas, em especial, considerou o empresário, constituem e representam uma forma de poupança da mais alta expressão, pois não visam resultados financeiros, mas sim a formação de fundos destinados a cobrir eventuais necessidades futuras e aleatórias.

#### **ATUAÇÃO NOS ACIDENTES DE TRABALHO**

No memorial que encaminhou ao ministro Hélio Beltrão, Caio Cardoso de Almeida, alegou não haver nenhuma razão aparente para que o Seguro de Acidentes de Trabalho seja e

continue a ser uma exclusividade monopolista do INPS. Conforme retrata o documento, não obstante a formação de legislação, regras e proposições formais sobre o Seguro de Acidentes de Trabalho, a viabilização prática da prestação desse serviço está longe de atender aos requisitos mínimos e básicos de uma operação mais fluida, menos burocrática e mais automática. "Os entraves e problemas para a redução ou eliminação desses óbices são múltiplos e variados, abrangendo, via de regra, tanto o prestador de serviço, quanto a satisfação do trabalhador."

Dentro da atual política de privatização e desestatização do Governo Federal, o mercado tem esperanças de que numa primeira etapa seja adotada a diluição do Seguro de Acidentes de Trabalho entre a tutela pública e a participação do setor privado, representado por 93 companhias seguradoras.

A expansão do Seguro de Acidentes de Trabalho talvez somente seja possível dentro de um enfoque e de uma sistemática empresarial, onde sejam objetivados, a remuneração satisfatória das atividades econômicas oferecidas, contrapostas aos correspondentes níveis de qualidade dos serviços prestados, finaliza o documento.

(LBW)

DIÁRIO DO COMÉRCIO

25.02.83

# Cláusulas para o seguro de incêndio em condomínio

Fernando Feijó

No número anterior, comentamos a **Cláusula de Rateio**, seus princípios, conceitos e efeitos. Hoje abordamos a **Cláusula de Valor Novo** (new for old) e a **Cláusula de ajuste automático da importância segurada**. Aconselhamos sempre o uso de ambas na contratação de um seguro de incêndio em condomínio. Dessa forma, estaremos realizando um contrato de seguro correto e fiel aos ditames legais e, principalmente, salvaguardando seu patrimônio.

## 1 — Da Cláusula de Valor Novo

No seguro de incêndio, a cobertura por valor novo estará automaticamente incorporada às Condições Gerais da apólice, desde que contratemos o seguro pelo seu valor real, ou seja, o valor de Reposição do bem, como veremos nos exemplos a seguir. A aplicação desta cláusula não envolve nenhuma cobrança adicional de prêmio.

A cobertura de valor novo funciona sempre que a importância segurada for igual ou superior ao valor em risco Novo. Entende-se como tal o preço de reconstrução ou construção de um prédio novo, de idênticas características ao que se está realizando o seguro.

**Valor atual** — chama-se valor atual o valor de novo, deduzidas as depreciações cabíveis: idade do prédio, desgastes naturais pelo tempo, etc.

Podemos então concluir que devemos, naturalmente, contratar o seguro obrigatório de incêndio, em condomínio, pelo preço novo. Assim, poderemos obter, por ocasião de eventuais sinistros, indenizações satisfatórias, as quais permitam a construção e/ou reconstrução do Prédio.

## 2 — Da Cláusula de Atualização Automática da Importância Segurada

Esta cláusula tem por objetivo corrigir automaticamente, ao tempo em que

ocorrer o sinistro, a importância segurada da apólice, fixada em seu início de vigência. O segurado, neste caso específico, o condomínio, estabelece a percentagem de aumento desejado sobre a importância segurada que deverá ser o valor novo do prédio.

Trata-se de cláusula que sofre uma correção diária, proporcional ao percentual pré-estabelecido, até o último dia da vigência do contrato do seguro. Seu objetivo é atender aos constantes aumentos dos índices de construção.

Seu custo é mínimo. Para que os leitores tenham uma idéia, seu adicional sobre o prêmio, em condomínios residenciais, é de 0,05% sobre o percentual desejado para o aumento da importância segurada total. É importante observar que seu objetivo, repetindo o de atualizar diariamente a importância segurada, só será obtido em sua plenitude, se contratarmos o seguro com importâncias seguradas reais, isto é, valor de reposição (valor novo). Caso contrário, seus efeitos serão ineficazes e arriscaremos a sofrer as conseqüências da **Cláusula de Rateio**.

Tomemos como modelo um prédio com 20 anos de construção e uma depreciação de 20% em razão desse tempo. Segurado por Cr\$ 100 milhões e com o valor em risco (Novo) calculado em Cr\$ 180 milhões. Início do seguro: 1º de janeiro de 1983.

Ocorrido um sinistro em 20 de junho de 1983 e, atingindo a soma dos prejuízos a quantia de Cr\$ 6 milhões, teremos a seguinte situação:

— Se o segurado não solicitou a inclusão da Cláusula de Atualização Automática, a indenização ficará limitada a Cr\$ 3.333.333,34, em razão da aplicação da Cláusula de Rateio.

— Se o segurado solicitou a inclusão da Cláusula de Atualização Automáti-

ca, com um percentual de 50%, sua indenização será calculada da seguinte forma:

Importância Segurada Inicial: Cr\$ 100 milhões.

Importância Segurada Atualizada Cr\$ 123.424.657,00 (atualização de 50%)

Valor em Risco (NOVO) Cr\$ 180 milhões

Para o prejuízo de Cr\$ 6 milhões, novamente o segurado sofrerá a aplicação da **Cláusula de Rateio**, uma vez que a importância segurada atualizada ainda ficou inferior ao valor em risco, recebendo a indenização de Cr\$ 4.114.155,23.

— Se o segurado, à época da contratação do seguro, tivesse determinado uma importância segurada igual ao valor em risco do imóvel novo e, com a aplicação da Cláusula de Atualização Automática de 90%, a indenização seria calculada como se segue:

Importância Segurada Inicial — Cr\$ 130 milhões.

Importância Segurada Atualizada — Cr\$ 184.813.698,00.

Valor em Risco NOVO — Cr\$ 180 milhões.

Nesta hipótese a importância segurada atualizada será superior ao valor em Risco NOVO e, nessa condição, o segurado receberia todo o prejuízo, ou seja, Cr\$ 6 milhões.

Diante disso, não resta dúvida de que o seguro a ser contratado, conforme os preceitos legais, deverá ser sempre de acordo com o valor de uma construção idêntica, nova, inserindo a **Cláusula de Atualização Automática**, com um percentual nunca inferior ao índice do aumento do custo de construção.

Para obtermos importâncias seguradas reais e índices de aumentos, costumamos consultar revistas especializadas, como Boletim de Custos e Revista de Preços etc., que nos fornecem números reais, sem margens de erros.

# Seguro de imóvel deve ser correto

Alexandre Amigo

O seguro não deve ser encarado como uma obrigatoriedade ou imposição, mas sim como uma necessidade para resguardar um bem próprio ou de terceiros.

No caso de Administradoras Imobiliárias, quer sejam condomínios ou locações, devem ser segurados corretamente, pois entende-se que o proprietário do imóvel ou síndicos, quando solicitam os serviços de uma Administradora, querem estar livres de quaisquer aborrecimentos.

Na falta do seguro, em caso de sinistro, o proprietário do imóvel arcará com todo o prejuízo. Se o seguro estiver deficiente, o proprietário entrará em rateio, isto é, dividirá os prejuízos com a Seguradora, de acordo com o percentual existente entre a importância segurada e o valor real de reposição do imóvel.

Para efetuar o seguro corretamente no caso de locações, o administrador do imóvel ou proprietário, deverá observar primeiramente se o objeto do seguro trata-se de uma casa ou apartamento.

Sendo o imóvel uma casa, o processo é apurar a área construída do imóvel e consultar no boletim de custos o valor do metro quadrado de área construída. Sabendo-se estes dois itens, é só efetuar uma simples multiplicação entre eles para encontrar o valor real de reposição do imóvel. Neste cálculo não estão incluídas as melhorias feitas no imóvel (tapetes, rebaixamento de tetos, etc.), que também devem ser incluídas no seguro.

Tratando-se de um apartamento, o primeiro detalhe a ser observado é o valor segurado do imóvel na apólice coletiva do condomínio, para depois efetuar o cálculo do valor segurado e comparar com o valor segurado na apólice coletiva; se existir diferença, efetuar o seguro por este valor.

Uma cobertura acessória do seguro de incêndio não muito divulgada, mas que se aplica diretamente ao seguro de locações, é a perda de aluguel, que indeniza ao proprietário do imóvel, o aluguel que vier deixar de receber em decorrência de algum sinistro coberto pela apólice.

Para contratar o seguro do condomínio, a Administradora, o síndico ou os dois de comum acordo, primeiro devem observar a Lei 4591, Capítulo V, Artigo 13, que determina sobre a obrigatoriedade do seguro de condomínios. Após tomar ciência da Lei, o processo de execução do seguro não é difícil; é só calcular na convenção do condomínio a área total construída (inclusive partes comuns, pois elas também estão sujeitas a incêndio), observar no boletim de custos o valor do metro quadrado de área construída e executar a multiplicação conforme os itens anteriores. Para saber o valor segurado de cada fração autônoma basta apenas multiplicar o valor total do segurado pela fração ideal de cada apartamento.

Não só de frações autônomas se constitui um condomínio: nele estão integrados outros componentes como elevadores, compactadores, interfones, antenas coletivas, piscinas, saunas etc., que também devem fazer parte do seguro.

Além do seguro obrigatório de incêndio, devem ser oferecidas ao condomínio a cobertura de quebra de vidros, responsabilidade civil por guarda de veículos (são constantes os danos causados a veículos de condomínios nas garagens dos condomínios). A responsabilidade civil de condomínio, que por muitos é interpretada erroneamente, pois pensam que este tipo de seguro dá cobertura a danos causados por objetos que caem ou são atirados pela janela. Sua cobertura consiste em danos causados a terceiros por "partes integrantes do condomínio", isto é, elevadores, pedras mármore, vidros das janelas, saunas, piscinas, etc., e não por vasos de plantas ou objetos atirados pelas janelas.

Um seguro não muito difundido é o denominado seguro de Edifícios em condomínio, seguro este, que além de todas as coberturas existentes em uma apólice de incêndio, oferece também outras coberturas como desmoronamento, alagamento (chuva, etc.), vendaval, impacto de veículos, tumultos, quebra de vidros, roubo de objetos pertencentes ao condomínio, arrombamento, infidelidade de empregados etc. Este tipo de seguro, além de possuir um número maior de cobertura e por ser uma única apólice, torna-se mais simples a contratação e mais acessível.

O principal inimigo do segurado é a inflação, pois constantemente faz com que o segurado entre em rateio. Cabe, portanto, ao segurado ou seu representante legal, não deixar que isto aconteça.

Exemplificando:

— Um imóvel segurado hoje por Cr\$ 3 milhões, após seis meses, em consequência da inflação, poderá estar valendo Cr\$ 4 milhões e 500 mil. Caso ocorra um sinistro, o segurado entrará automaticamente em rateio, mesmo que o seguro tenha sido contratado inicialmente pelo valor de reposição. Para evitar tal situação, podem ser tomadas as seguintes providências: incluir na apólice a cláusula de atualização automática da importância segurada ou solicitar um aumento de importância segurada periodicamente caso não tenha sido incluída a cláusula de atualização.

O mais importante não é a Administradora Imobiliária se aprofundar em seguros, pode apenas ter um conhecimento básico; o imprescindível é que todas se conscientizem de que o seguro é importante na administração, pois a Administradora, a partir do momento em que é procurada, passa a ser a responsável indireta pela conservação e proteção do Bem administrado.

# Seguro barato

Luiz Mendonça

Mary Bacon, norte-americana, 30 anos, modelo profissional, uma das quinze mulheres mais fotografadas do mundo, apareceu em numerosas revistas, entre as quais Newsweek, Harper's Bazaar, Playboy e Genesis.

Mary também pilotava cavalos de corrida. Em maio de 1979, montando South Ruby Lane num páreo de três milhões de dólares, em hipódromo do Illinois, Estados Unidos, foi vítima de acidente em que sofreu: ruptura do baço, fratura da peixe, fratura de dois ossos do púbis e quebra de nove costelas. Hoje coxela, porque uma das pernas é mais curta do que a outra, e tem uma longa cicatriz, descendo da parte superior do tórax até o abdome.

O acidente ocorreu no track's gate, ou starting gate, aquela parafernália mecânica onde os animais são enfileirados para a partida. Teria havido falha da equipe do track, que em tempo não soltou o animal. Este, assustado, empinou sobre as patas traseiras, fazendo a jóquei ser projetada e estatelar-se no chão.

A vítima processou a empresa Cahlokia Downs Inc., proprietária do track, e teve ganho de causa em janeiro deste ano. A sentença estabeleceu a indenização de três milhões de dólares. Mas a essa altura, com falência judicial já decretada, a empresa não tinha como pagar. Seu ativo fôra todo liquidado e o que restava era somente um passivo descoberto.

Para operar o hipódromo, a Cahlokia cumpria a obrigação de manter seguro de responsabilidade civil. Este, porém, ela o limitou à garantia do público. Para reduzir custos, da apólice excluiu os jóqueis, exatamente as pessoas mais envolvidas com os riscos das corridas.

A Cahlokia, se não tivesse outros motivos para falir, iria afinal encontrá-los no acidente de Mary Bacon. Porque a esta deveria pagar a indenização a que foi condenada (três milhões de dólares), sem recuperar sequer um centavo do seguro, por tê-lo comprado com espírito de economia, aparando-o nos custos (e nas garantias também, é claro). Em tudo isso, porém, o grande e dramático problema, o injusto e não solucionado problema que sobrou foi o de Mary Bacon, pagando tributo à irresponsável economia alheia: o tributo de suas lesões físicas e da perda de duas rendosas atividades profissionais.

Isso ocorreu num país que é considerado "insurance minded", porque faz seguro de tudo e para tudo. Num país sem esse título, imagine-se o que deve andar acontecendo. Allás, nem é bom imaginar.

# Caio diz como está o setor

Em encontros mantidos com autoridades dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e da Previdência Social, em Brasília, o presidente da Associação das Companhias de Seguros de São Paulo, Caio Cardoso de Almeida, fez um relato da situação do mercado segurador, apontando problemas, cujos efeitos cumulativos trazem prejuízos ao setor, e discutindo soluções.

Na oportunidade, Cardoso de Almeida reiterou reivindicações do setor necessárias ao fortalecimento da área, como ampliação das funções do Conselho Técnico do Instituto de Resseguros do Brasil, que deveria recuperar suas atribuições deliberativas; reexame dos sorteios de seguros dos bens do Governo; diluição do seguro de acidentes do trabalho entre a tutela pública, que hoje mantém o monopólio através do INPS, e a iniciativa privada, representada por 93 companhias de seguros, ponto de partida para a privatização total desse seguro; a manutenção dos incentivos aos seguros de vida e de acidentes de trabalho, para dedução do Imposto de Renda; e a continuidade da política do Governo de desestatização das operações de seguros, fator de aperfeiçoamento da prestação de serviços, motivado pela livre concorrência, e gerador de novos empregos.

# Seguradora quer operar com acidente

As operações com o seguro de acidentes do trabalho devem ser extensivas à iniciativa privada, defendeu ontem o presidente da Associação das Companhias de Seguros de São Paulo, Caio Cardoso de Almeida, que para isso reivindicou o fim do monopólio exclusivo que o Governo, através do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), detém nessa área.

Cardoso de Almeida explicou que o seguro de acidentes do trabalho, até 1966, era feito tanto pelo mercado segurador quanto pelo próprio INPS. No ano seguinte, segundo ele, as empresas seguradoras ficaram liberadas para realizar ou não esse tipo de seguro, de acordo com suas conveniências e livre arbítrio. «Entretanto — prosseguiu — em 1968 o Governo alterou radicalmente as regras do jogo, suprimindo aquela liberdade das companhias e, o que foi pior, tornou o seguro de acidentes do trabalho uma exclusividade do INPS.»

## A DEFESA

Naquela ocasião, década e meia atrás, de acordo com Cardoso de Almeida, as operações das companhias seguradoras privadas com esse seguro eram bastante significativas. Na disputa livre existente entre elas, lembrou, emergiam, nítida e claramente, metas pela prestação de serviços melhores, com melhor atendimento, chegando-se em muitos casos, a se ter ambulatórios próprios, mantidos pelas seguradoras, para atender mais rápida e prontamente aos seus segurados.

O seguro de acidentes do trabalho era, então, segundo ele, encarado como uma prestação de serviços, contrapondo-se, lado a lado, a oferta e demanda, o livre comportamento dos preços e a qualidade dos serviços, diferenciados de empresa para empresa. «É certo que nos anos sessenta — admitiu — a experiência e os recursos eram limitados e pouco expressivos — mas, hoje, as companhias no Brasil atingiram tal grau de desenvolvimento e maturação que, sem dúvida, suas condições operacionais são substancialmente mais eficientes, mais amplas e abrangentes do que eram até então.»

O presidente da Associação das Companhias de Seguros adiantou que essa explanação, inclusive, consta em documento enviado às autoridades governamentais, onde se pleiteia a volta do seguro de acidentes do trabalho para a esfera privada. O documento levanta ainda dados do mercado segurador brasileiro (evolução dos prêmios e sinistros, etc.), baseados somente nos balanços publicados durante o período de 1961/67, referentes aos exercícios fiscais de 1960/66.

Assim como metodologia de trabalho, adotou-se, em face das limitações de dados e informações, conforme transcrito no documento, uma apreciação analítica do material relativo ao seguro de acidentes do trabalho constantes dos balanços publicados pelas seguradoras que operavam nessa área. A análise é extensiva também às cooperativas de seguros, mas apenas a dois exercícios, e a um Estado da Federação. Complementar-

mente, são analisados também os valores relativos a esse tipo de seguro sob a tutela do INPS (número de empregados acidentados no trabalho, número de acidentes liquidados segundo as consequências, benefícios acidentários pagos pelo INPS, etc.). Aqui o período enfocado vai de 1975 a 1979, que são as informações disponíveis mais recentes.

## FIM DO MONOPÓLIO

Em decorrência do estudo, a proposição mais importante que dele pode-se extrair, segundo Caio de Almeida, é que não há nenhuma razão aparente para que o seguro de acidentes do trabalho seja e continue a ser uma exclusividade monopolista do INPS. «Dentro da atual política de privatização e desestatização que o Governo vem adotando — enfatizou — seria extremamente salutar e oportuno verificar a possibilidade de, pelo menos numa primeira etapa, diluir o seguro de acidentes do trabalho entre a tutela pública e a participação do setor privado, representado pelas companhias de seguro.»

Para o caso do mercado segurador privado ter acesso a esse produto, a exemplo, aliás, do que já existia até 1966, Cardoso de Almeida garantiu que se dariam novos instrumentos e incentivos, proporcionando-se, talvez, retorno às taxas de crescimento do mercado presenciadas até fins da década dos anos setenta, o que permitiria um certo crescimento econômico, com geração de benefícios diretos se adjacentes à toda a economia nacional.

## MASSIFICAÇÃO

No estudo, segundo ele, verifica-se uma quantidade bastante expressiva de acidentes no trabalho, via de regra registrada nas regiões mais desenvolvidas do País, que são, na sua maior parte, casos típicos de incapacidade temporária. Sendo assim, observou, as companhias de seguros poderiam desenvolver modelos e sistemas de atendimento para seus segurados de modo tal que representasse segurança efetiva, imediata e adequada aos trabalhadores, reduzindo tanto os seus riscos quanto os das próprias empresas nas perdas eventuais de seus funcionários. Para ele, com essa fórmula o atendimento poderia ser mais abrangente e extensivo, cobrindo parcela bem maior da força de trabalho, uma vez que é hoje muito modesta e dispersiva.

No que se refere, em particular, aos recursos financeiros, disse ele que a própria representatividade em termos de PIB demonstra, por si só, o acanhamento e nível de maturação atingidos, mas, ao mesmo tempo, reflete toda a potencialidade inerente, própria e embutida que se tem para desenvolver, pulverizar e massificar o seguro de acidentes do trabalho. Na sua opinião, talvez isso somente será possível dentro de um enfoque e de uma sistemática empresarial, onde sejam objetivados, principalmente, a remuneração satisfatória das atividades econômicas oferecidas, contrapostas aos correspondentes níveis de qualidade dos serviços prestados.

# Empresário confessa que simulou seu "sequestro"

**LUIZ CARLOS LOPES**  
Regional de Marília

O "sequestro" do empresário Claudemir Soares Abegão, de Presidente Wenceslau, na verdade foi simulado por ele próprio, que chegou a até mesmo a amputar seu dedo indicador da mão esquerda, com uma faca, para dar maior autenticidade ao plano de "chamar a atenção da família". A verdadeira história acabou sendo admitida por ele depois que a polícia, checando suas informações, descobriu uma série de pistas que acabaram conduzindo para sua incriminação. Ontem de manhã, Claudemir acompanhou a polícia até o cafezal, onde se automutilou, e lá foi encontrado o pedaço de seu dedo, que foi amputado.

A confissão de Claudemir foi obtida pelo delegado Marcelo Castro de Lima Oliveira, que responde pela seccional de Adamantina, com base principalmente no depoimento de dois lavradores, que na manhã de terça-feira, quando passavam com um trator pelas proximidades da fazenda Santa Luzia, em Oswaldo Cruz, foram abordados por um indivíduo com as características de um dos "sequestradores", portando uma faca na cintura e que lhes pediu água. Como, pela descrição das testemunhas, as roupas do "sequestrador" coincidiam com as que eram usadas por Claudemir, o caso passou a ser averiguado mais profundamente. Notou-se, também, que no local onde ele parou o trator havia rastros de uma bota, tipo boladeira, cujos saltos coincidiam com o calçado usado pelo empresário.

As suspeitas aumentaram mais porque para as autoridades policiais a "vítima" revelou que foi sequestrado por volta das 17 horas, no trevo de Ouro Verde, junto à rodovia da Integração, depois que seu carro foi "fechado" por um corcel branco, modelo antigo. A polícia, porém, descobriu que até as 22 horas Claudemir estava em um bar de Ouro Verde, e que durante a madrugada foi visto ten-

tando abastecer seu carro em Presidente Wenceslau, cidade onde reside.

Com base nestas suspeitas, a polícia levou os dois lavradores até a Santa Casa de Oswaldo Cruz, onde ele está internado. Ali, discretamente, Claudemir foi reconhecido pelos lavradores como sendo a mesma pessoa que havia pedido água. Só depois, convencidas de que o sequestro fora simulado, é que as autoridades voltaram ao hospital conseguindo, em conversa a portas fechadas sem a presença dos familiares, obter dele a confissão.

## PROBLEMAS

Claudemir admitiu, então, que tem sérios problemas familiares e que forjou aquela situação com o único objetivo de "chamar a atenção". Mas a polícia também tem dúvidas sobre esta versão, pois já descobriu que ele possui quatro seguros de vida em bancos de Presidente Wenceslau, motivo pelo qual as investigações continuam, já que ele será também processado por falsa comunicação de crime.

O empresário revelou ainda que montou sozinho toda a estratégia que utilizou para convencer a família, tendo até mesmo feito os dois telefonemas para sua esposa estipulando o valor do resgate. Inicialmente, telefonou a cobrar de Dracena pedindo Cr\$ 1.800.000,00 e, pouco depois, falou pelo sistema DDD, de Tupi Paulista, aumentando a exigência para dois milhões. O dinheiro deveria ser colocado sob um urinol no trevo de acesso de Parapuã até as 10 horas, mas ele não pretendia apanhá-lo.

Na verdade, Claudemir passou a noite toda num cafezal da fazenda Santa Luzia, próximo a Salmorão, de onde só saiu para pedir água aos dois lavradores. Pouco depois do horário que estipulou para a entrega do dinheiro do resgate, ele seguiu a pé até outra lavouira de café na fazenda São Francisco do Brandão, onde se automutilou, pedindo socorro em seguida

a um fazendeiro que passava pelo local.

Ontem de manhã, acompanhado dos delegados Cristóvão Olivei Peres e Antônio Luís Sampalo de Andrade, e do médico que o atendeu, Walter Teixeira Góes, Claudemir retornou àquela fazenda, onde o dedo indicador amputado foi achado no meio de uma molta de capim. Ele revelou então que deu dois golpes com a faca, depois de apoiar a mão sobre um pilar de concreto que segura uma cerca de arame farpado. No primeiro, o dedo indicador foi amputado, mas, decidido a dar a maior autenticidade possível ao plano, ele feriu-se novamente nos dedos médio e anular. O médico, que o assistiu, revelou ontem que, como os ferimentos foram muito profundos, houve a necessidade de se fazer um enxerto no dedo médio, que será examinado hoje, e que também poderá ser amputado.

A preocupação maior de Claudemir, depois de confessar seu plano à polícia, era ocultar da família a história verdadeira. Ele se recusava a conceder entrevistas, dizendo apenas que "não tenho mais nada a declarar". Chegou a ser agressivo com alguns repórteres de televisão, que tentaram entrevistá-lo e disse à polícia que "fugirei do hospital e não chegarei vivo em casa, se alguma coisa for divulgada".

Sua mulher, Vera Lúcia Ferrari Abegão, falando a O Estado, demonstrou que nada sabia sobre a simulação, mostrando-se ainda penalizada com a situação do marido: "Este é um trauma que ele jamais esquecerá". Contudo, ao contrário do que vinha sendo afirmado, Vera Lúcia revelou que, "apesar de ser proprietário de uma agropecuária e de lojas, Claudemir não é rico e tem apenas o suficiente para vivermos". A família de seu marido, porém, é "muito rica", conforme ela admitiu. Tanto que todos estranharam a quantia de dois milhões de cruzeiros exigida de resgate e que foi considerada "muito pequena", diante do poder econômico dos pais de Claudemir.

O ESTADO DE SÃO PAULO

03.03.83

# Nova diretoria do Sindicato toma posse

Octávio Cezar do Nascimento, o presidente eleito pelo Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de São Paulo, na cerimônia de posse da nova diretoria, terça-feira passada, na sede da entidade, enfatizou a necessidade de união de todo o mercado segurador para a retomada do processo de desenvolvimento do setor, diante do momento difícil por que passa a economia brasileira e seus reflexos na atividade.

Ao transmitir a presidência do Sindicato para Octávio Cezar do Nascimento, Ney Cova Martins agradeceu aos colegas presentes a ajuda que obteve nos anos em que esteve à frente do Sindicato, enfatizando o "espírito de compreensão vindo de todas as partes". Ao novo presidente eleito unanimemente, ele deixou registrada a responsabilidade que ora lhe é atribuída. Como nos outros setores da nossa economia, afirmou Cova Martins, o de seguros deverá enfrentar um período difícil, porém, é provável que surjam também oportunidades. Dentre essas, ele disse ser desejável e reintegração dos Seguros de Acidentes do Trabalho à iniciativa privada, que também se insere na agenda de trabalho da nova diretoria.

No discurso de posse, o diretor do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de São Paulo afirmou que a nova diretoria procurará dialogar com os variados componentes do mercado, num debate coerente onde os anseios e necessidades dos seguradores, corretores, segurados e autoridade do setor possam ser atendidos. Octávio Cezar do Nascimento des-



Octávio Cezar do Nascimento

tacou, ainda, o aspecto social do seguro, "importante na manutenção da paz social, através da garantia de reposição de patrimônio e nível de renda a segurados e beneficiários". A atividade, segundo ele, possui efeito multiplicador, que implica em benefícios sociais muito mais amplos que a simples indenização. Por outro lado, considerou, a aplicação das Reservas Técnicas, oriundas dos prêmios arrecadados, gera também benefícios à economia como um todo, através da participação no capital das empresas, fortalecendo-as e fornecendo recursos de longo prazo para a realização de novos investimentos.

## MUITO TRABALHO PARA A NOVA DIRETORIA

De acordo com Octávio Cezar do Nascimento, a nova diretoria continuará trabalhando pela retomada dos incentivos fiscais para o seguro. Como afirmou, a retirada da dedução do valor dos prêmios pagos quando da declaração do Imposto de Renda pelas pessoas

físicas causou obstáculos à comercialização e se constituiu em desestímulo à contratação desses seguros. Por isso, ele acha possível a volta desses incentivos ao setor, assim como a sua ampliação e, "quem sabe, até a sua extensão às pessoas jurídicas, que venham a estabelecer planos mais amplos..."

Além de finalizar o projeto de elaboração do Serviço de Proteção ao Seguro, através do qual o Sindicato terá um cadastro permanente e atualizado, que possibilitará às empresas melhor análise e critério nas aceitações de riscos e regulação de sinistros, Octávio Cezar do Nascimento garantiu que a nova diretoria também dará continuidade à campanha para aquisição de nova sede. Nesse sentido, ele considerou a possibilidade de aglutinar todos os órgãos ligados à atividade (sindicatos, associações, sociedades e, talvez até as Delegacias do IRB e da SUSEP em São Paulo) em um único prédio. A "Casa do Seguro", conforme ele chamou, levaria a uma economia, "pois áreas de uso comum seriam utilizadas por todos os órgãos nela instalados".

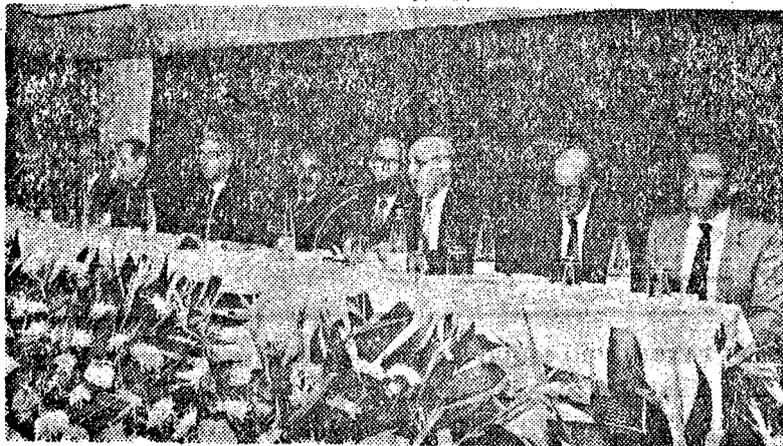
Octávio Cezar do Nascimento, à frente da nova diretoria do Sindicato, pretende também apoiar e incentivar a criação de uma Escola Nacional de Seguros a nível superior com o objetivo de preparar e qualificar os recursos humanos que serão necessários para se atender aos desafios futuros.

.../.

## MARKETING DO SEGURO

Octávio Cezar do Nascimento enfatizou, ainda, a necessidade de se investir numa campanha de massificação dos seguros, contando para isso com o apoio de outros órgãos da classe, como a Fenaseg, o IRB, a SUSEP e outros.

Não temos conseguido crescer como desejamos e as estatísticas atestam a afirmação, acentuou ele. "No período ..... 76/81, o PIB evoluiu, em termos nominais, cerca de 16 vezes; o Índice Geral de Preços, 13 vezes, e o Seguro, 12 vezes. Não só vimos diminuir nossa participação no PIB, afirmou, como apresentamos crescimento real negativo no período, embora alguns planos de massificação, por ações individuais, tenham obtido melhores resultados. Enquanto isso, vimos outros setores da economia se desenvolverem com desempenho muito superior, em função da existência de um plano estratégico de marketing, concluiu Octávio Cezar do Nascimento.



A solenidade de posse de Octávio Cezar do Nascimento, na presidência do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de São Paulo, estiveram presentes diversos empresários e autoridades do setor. A mesa principal ficou assim composta (da esquerda para a direita, na foto): Miranda Fontana, presidente da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro; Roberto Kender Bornhausen, presidente da FE-NABAN; Caio Cardoso de Almeida, presidente da Associação das Companhias de Seguro; Octávio Cezar do Nascimento; Ernesto Albrecht, presidente do IRB; Ricardo Nascim Saad, da DRT; Assis Figueira, superintendente da SUSEP; Ney Cova Martins; Clínio Silva, presidente da Fenaseg; e Guilherme Aff Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

04.03.83

## Carros no Paraguai preocupam seguradoras

CASCADEL, PR (Do correspondente Paulo Roberto Pegoraro) — As companhias de seguro estão muito preocupadas com uma nova modalidade de crime que vem se alastrando gradativamente por todo o País: proprietários de veículos segurados, que se encontram em situação financeira precária, envolvem-se com ladrões de carros e facilitam, para eles o roubo, mediante pagamento de importância inferior às de seus automóveis, para posteriormente reivindicar das seguradoras o pagamento das apólices.

Essa modalidade de crime ocorre especialmente na região fronteiriça com o Paraguai, onde os ladrões — membros de quadrilhas bem organizadas — encontram certas facilidades para sair do País com os veículos roubados, uma vez que o mercado consumidor não faz qualquer exigência com relação à documentação e além disso ela pode ser facilmente "esquentada".

A denúncia pôde ser comprovada através da preocupação que as companhias de seguro demonstraram em relação à intensa movimentação em torno do anúncio feito pela TV Tarôba de Cascavel a respeito da possibilidade de proprietários que tiveram seus veículos roubados poder recuperá-los caso eles estejam no Paraguai.

Inúmeros agentes de companhias de seguro acompanham de perto as queixas de proprietários que tiveram seus veículos roubados ou furtados, bem como daqueles que tentam reaver seus carros no Paraguai.

Certamente as companhias de seguro poderão comprovar que muitos "puxadores" relataram que roubaram carros depois de um "acerto" feito com os proprietários, os quais recebem do "amigo ladrão" uma determinada importância para facilitar seu trabalho — cerca de Cr\$ 500 mil por um Passat não muito usado, por exemplo — e posteriormente ganham da seguradora o valor real do veículo, conforme consta na apólice, conseguindo com isto um bom faturamento.

O roubo de carros atinge proporções consideradas tão alarmantes, principalmente na região fronteiriça com o Paraguai, que as companhias não estão mais aceitando segurar veículos muito procurados pelos "puxadores", tais como camionetas D-10 e F-1000. Os automóveis tipo Passat também despertam muito a cobiça dos ladrões.

D.O.E.; Ined., São Paulo, 93 (046), quinta-feira, 10 mar. 1983

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO.—A Diretoria do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de São Paulo torna público o inteiro teor do despacho proferido pelo Senhor Delegado Regional do Trabalho em São Paulo, a seguir transcrito: "De acordo com a manifestação da Senhora Diretora da Divisão de Assuntos Sindicais e no uso de delegação de competência que me foi conferida pela Portaria nº. 001, de 03.08.81 do Senhor Secretário de Relações do Trabalho de Brasília, HOMOLOGO os Estatutos do SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, com as correções sugeridas às fls. 48. Em 24 de Janeiro de 1983, assinado RICARDO NACIN SAAD, DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO." São Paulo, 28 de fevereiro de 1983.—WALMIRO NEY COVA MARTINS—Presidente.

Página - 12

FOLHA DA TARDE

04.03.83

# IRB paga risco de exportar ao México

por Suely Caldas  
do Rio

O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) começou a liberar na sexta-feira a parcela de adiantamento do seguro de risco político a operações de exportação realizadas para o México que não tiveram o pagamento correspondente, segundo informou a este jornal o presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), Humberto da Costa Pinto Júnior.

A partir desta segunda-feira, as 62 empresas que tiveram seus processos aprovados poderão procurar o IRB para receber o adiantamento de seus seguros, que totalizam, segundo Costa Pinto, entre US\$ 65 milhões e US\$ 80 milhões, correspondentes a operações vencidas, sem paga-

mento. O valor total das operações seguradas com o México é de US\$ 200 milhões, mas o IRB adiantará apenas a quantia citada acima, que representava dívida vencida.

O presidente da AEB manteve entendimentos com o presidente do IRB, Ernest Albrecht, durante cinquenta dias, que resultaram num contrato assinado entre as duas entidades. O IRB concordou em enquadrar as operações como risco político, o que desobrigou os exportadores a declarar seus clientes mexicanos como inadimplentes, e os exportadores comprometeram-se a continuar operando com seguro de crédito para o México.

"Não se trata", disse Costa Pinto, "de quitação da dívida mexicana com exportadores brasileiros, mesmo porque eles recebem os cruzeiros correspondentes ao seguro. É uma operação interna de seguro de crédito, adiantado temporariamente, até que o governo mexicano venha a liberar as dívidas correspondentes aos contratos de exportação." Segundo Costa Pinto, vários setores receberão o adiantamento do IRB, entre eles, autopeças, máquinas, ferramentas, eletroeletrônico, químico e alimentício.

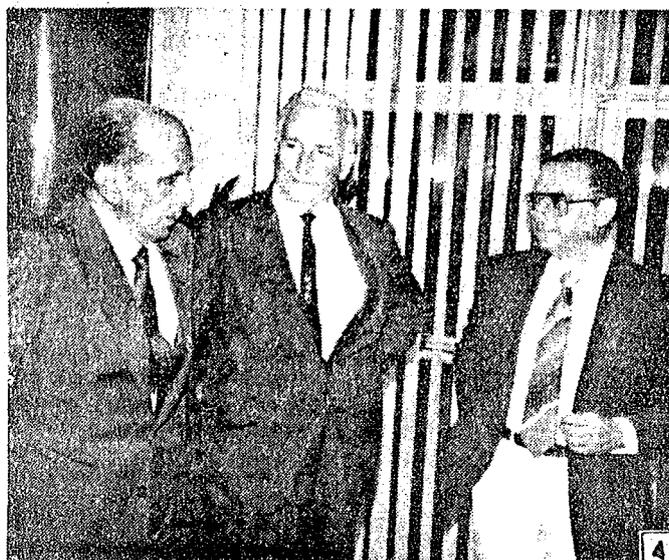
GAZETA MERCANTIL

05.03.83

# Posse solene da nova diretoria

Posse da nova diretoria do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitais, tendo como presidente Octávio César do Nascimento.

Fotos: 1-Walmiro Ney Covas Martins e Octávio César do Nascimento, novo presidente. 2-José Francisco de Miranda Fontana, Roberto Konder Bornhausen, Francisco de Assis Figueira e Ernesto Albrecht. 3-Humberto Felice Jr. e Roberto Luz. 4-Nilton Alberto Ribeiro, Waldemar Lopes Martinez e Rubens dos Santos Dias. 5-Alberico Bulcão e Clínio Silva.



# Assaltos aos bancos, acima da inflação

**ROSA ELEUTÉRIO**

No ano passado, foram praticados 366 assaltos contra bancos paulistas, em operações que renderam aos ladrões Cr\$ 831,4 milhões: 84,5% além do total furtado em 1981, período em que 334 investidas resultaram no roubo de Cr\$ 451 milhões. O levantamento dos dois primeiros meses de 83 mostra que prossegue a tendência para o aumento do número de assaltos e das quantias neles obtidas, desta vez até além do índice da inflação. Em janeiro, num total de 52 operações, os ladrões levaram Cr\$ 78,1 milhões, enquanto em fevereiro foram roubados Cr\$ 205 milhões em

46 assaltos, além dos Cr\$ 420 milhões conseguidos no ataque a um carro de valores em São José dos Campos, totalizando Cr\$ 625 milhões.

Praticamente incorporados à rotina da cidade, os assaltos já não surpreendem, exceto quando alguma ação mais arrojada caracteriza um deles. Mas uma coisa começa a preocupar: para onde vai o dinheiro obtido pelos assaltantes?

O Estado ouviu alguns ladrões que cumprem pena por assaltos a bancos e obteve deles a revelação de que grande parte daquilo que conseguem é gasto em **acertos** com policiais e advogados. O restante, garan-

tem consumir em **farras**: boates, jogo carteadado, drogas, viagens, apostas no Jôquei, aquisição de armas, compra de carros novos. Dizem não aplicar nada do que ganham: "Por falta de cabeça e porque os **homens** sugam até o que conseguimos fora do crime e, quando insatisfeitos, assediavam nossas famílias até limites insuportáveis", explicou um deles.

As denúncias dos assaltantes, que atribuem à corrupção policial boa parte das dificuldades para deixar o crime, chegam a detalhes gravíssimos: um deles, condenado a 47 anos de detenção, diz ter obtido atestado de bons antecedentes e conseguido sua carteira de habilitação.

Outro revela ter sua carteira profissional assinada todo mês, sem sair do presídio.

Eles vão além em suas denúncias e afirmam contar com "cumplicidade" de gerentes, funcionários e vigilantes dos bancos, "que até facilitam os assaltos, porque sempre acabam enrustindo algum, além de reclamar às companhias seguradoras quantias sempre maiores do que as efetivamente roubadas".

A Associação de Bancos do Estado de São Paulo reagiu a essa acusação, dizendo que é utilizada pelos ladrões na tentativa de ludibriar a polícia, evitando assim, devolver tu-

do o que roubaram. Para a entidade, a razão do aumento dos assaltos deve-se à falta de estrutura policial para atender as ocorrências a tempo, e ao sistema de vigilância imposto por lei, que ao determinar a identificação do vigilante o torna o primeiro alvo dos assaltantes, facilmente dominado.

Mas, para o coordenador da Clop — Coordenadoria de Investigação e Operações Especiais, da Secretaria da Segurança Pública, a versão dos assaltantes procede: "Muitos gerentes só permitem que o alarma seja acionado após a fuga". E conclui: "Com isso, os bancos estimulam os assaltos".

Para o diretor da Penitenciária do Estado, Floriano Peixoto, além da grande facilidade que os assaltantes encontram para agir, outros fatores têm contribuído para o aumento dos ataques aos bancos: a miséria e o desemprego.

Ele ouviu dos seus detentos acusações contra policiais e advogados. Com relação aos primeiros, diz-se distante dos fatos: "A ação policial não me diz respeito". Com advogados, confessa já ter tido problemas: "Descobrimos um que fornecia tóxico para os reeducandos, aqui no presídio. Mas era uma exceção e as providências foram tomadas".

O ESTADO DE SÃO PAULO

06.03.83

# A cada dia, um negócio mais fácil

Os ladrões admitem: assaltar bancos é um negócio cada dia mais fácil. E embora nem sempre seja o mais rentável — "normalmente os ataques aos carros de valores compensam mais" — essa modalidade de assalto tem obtido a preferência das quadrilhas que até alguns anos atrás investiam significativamente contra joalherias, postos de gasolina e supermercados. A explicação é fácil: "O risco é o mesmo. Por que, então, perder tempo com o incerto? No banco sempre há dinheiro. Nos outros estabelecimentos os proprietários camuflam quando estão com grande quantias em caixa".

Além de nunca faltar dinheiro nos bancos os assaltantes garantem contar com outras vantagens, "como em muitas vezes até a 'colaboração' de funcionários e gerentes que na agitação sempre acabam 'enrustindo' algum: uma sobra de caixa, um pagamento maior, separado na mesa do gerente, ou até mesmo alguma coisa que acabamos deixando pelo caminho ou no próprio cofre".

Embora negada com veemência pela Associação de Bancos do Estado de São Paulo, essa denúncia dos assaltantes é conhecida da Polícia, diante da qual os ladrões sustentam, sistematicamente, haverem roubado bem menos do que o reclamado pelas agências. Para a Associação, essa versão é usada porque assaltante nenhum quer correr o risco de precisar devolver tudo o que roubou.

De acordo com os assaltantes,

uma prova dessa "cumplicidade" dos bancos é o comportamento dos vigilantes, que têm condições de controlar o alarme desde os primeiros lances do ataque, mas não o fazem. Essa informação é confirmada pelo coordenador da Clop — Coordenador de Investigação e Operações Especiais —, da Secretaria da Segurança, coronel Togor Tessitore, que revela: "Os vigilantes são proibidos de acionar do alarme enquanto os ladrões estiverem no interior da agência, fazendo-o somente após a fuga, para evitar confrontação com a polícia, segundo os gerentes".

A "facilidade" chegou a níveis tão confláveis, que algumas quadrilhas estão excluindo elementos viados, ou proibindo-os de participarem dos assaltos quando drogados, a fim de não cometerem violências desnecessárias. "Nós não precisamos sujar mais nossa ficha, com mortes que podem ser evitadas", explica M. A. S., que cumpre uma condenação de 25 anos.

Segundo explicou, "a única preocupação da gente na hora de um assalto é uma *trombada* (encontro) com a polícia, com algum policial à paisana, armado, dentro da agência, ou com um vigilante nordestino principalmente, que tem mania de defender como seu o que é do patrão. Nessas circunstâncias haverá sempre o revide, e a coisa pode acabar mal".

Mas, embora rendendo uma grana fácil, o ataque a bancos é uma

operação trabalhosa, onde são analisados até o comportamento de funcionários e gerentes, durante a *paquera* (sondagem à agência escolhida) feita geralmente uma semana antes do assalto.

M.A.S. explica o método. "Um elemento do grupo é incumbido de frequentar a agência e observar o maior número de detalhes, como descobrir quem é o tesoureiro, em poder do qual ficam as chaves do cofre principal, e o chefe da seção, que guarda as chaves da porta. E ele, também, quem deverá verificar o número de vigilantes e sua disposição na agência."

As artimanhas para isso são variadas, revela M.A.S. "Na maioria das vezes, esse elemento está muito bem vestido, geralmente de terno e gravata. Usa sempre um anel de formatura e uma pasta tipo executivo. Com essas características, como pode despertar suspeitas?"

Mas não é só isso. "Esse companheiro escolhe sempre um horário de grande movimento, e procura as filas maiores, para permanecer mais tempo na agência. É simpático, e procura fazer amizade com os funcionários. Às vezes, faz-se acompanhar de uma isca: uma jovem ou uma gestante, para chamar menos atenção ainda, e um dos dois solicita informações sobre abertura de contas, por exemplo, procurando demonstrar dificuldade para compreendê-las. Esse expediente é bom porque permite um retorno para efetivar a abertura, o que facilita avaliar bem as impressões da primeira *paquera*".

A segunda-feira é o dia preferido para agir, "porque os clientes só fazem depósitos, ao contrário da sexta-feira, basicamente reservada para saques. É um dia em que rendem mais, também, os assaltos nas portas e estacionamentos dos bancos, quando os clientes já estão saindo com o dinheiro, tornando-se presas fáceis. Só encostamos no cidadão e pedimos a bolsa ou o pacote. Apanhado de surpresa, ele não reage a tempo".

Mas se a determinação foi assaltar a agência, o pessoal se mobiliza cedo. Um carro estaciona antes das 8h00 em frente ao banco, para conferir o número de funcionários e vigilantes que estarão em serviço. Os demais elementos ficam pelas imediações. Pouco antes da abertura da agência chega um automóvel, roubado, com as placas adulteradas com fita isolante, trazendo as armas, de grosso calibre.

O alvo inicial é o vigilante da gurlita, para imobilizar sua capacidade de reação, e depois os demais. Ao mesmo tempo o gerente é informado do assalto e recebe ordens para determinar ao tesoureiro a abertura do cofre principal, enquanto outros assaltantes dominam funcionários e clientes e limpam as caixas. "Uma operação ideal, dizem L. C. e A. M. S., leva entre dois e três minutos e jamais deve exceder os cinco minutos. Isso porque, nesse período a polícia não conseguirá chegar ao local, ten-

do de vencer o trânsito da área e já tendo perdido um bom tempo entre a comunicação, pelo alarma, e a mobilização das viaturas mais próximas, pelo Clop."

No decorrer do assalto uma norma é básica: atenção. "Não podemos dar moleza. O esquema mais seguro é mandar que todos ponham as mãos na parede, para evitar surpresas, como a existência de alguém armado que, de mãos para o ar ou deitado, possa surpreender-nos".

E uma curiosidade: os assaltantes não se preocupam com as mulheres da agência, durante os ataques. "Elas não são de reagir. Ficam paralisadas pelo medo. O máximo que podem fazer é fixar nossa fisionomia, mas o pânico dificulta isso também, contando a nosso favor durante os reconhecimentos, na polícia."

A saída da agência também é tranquila, porque o mapa da fuga já foi feito com antecedência e, em muitos casos, até testado. O automóvel utilizado para deixar o banco é abandonado cerca de dois quarteirões à frente — "preferencialmente estacionado direitinho próximo a algum edifício residencial, para não despertar suspeitas da polícia, e resgatado dias depois". Na fuga a única coisa que os ladrões temem é encontrar viaturas da Rota: "Eles encostam mesmo. É preciso atenção. Por isso tratamos de nos separar logo. Difícilmente eles cismam com um motorista sozinho ou com, no máximo, um acompanhante. Agora, três no mesmo automóvel já dá sujeira".

Esse é um detalhe que varia um pouco entre as quadrilhas. A do Xepa, por exemplo, tinha um ponto fixo. Um apartamento adquirido para esse fim. Os grupos de L.C. e A.M.S. já preferem pontos movimentados, como o aeroporto de Congonhas.

Que critérios determinam a escolha da agência a ser "visitada"? Não é a movimentação de clientes, ao contrário do que pode parecer numa primeira análise, mas as facilidades que os ladrões encontrarão. Assim, a predileção recai sobre agências pequenas, onde a vigilância é menor.

Quanto aos valores roubados eles são firmes. "O assaltante nunca mente sobre isso, porque Cr\$ 100 ou Cr\$ 100 milhões dão a mesma pena. Agora os bancos mentem muito, diz L.C., citando como exemplo um assalto de que participou, e que teria rendido Cr\$ 2 milhões. A agência reclamou à companhia seguradora Cr\$ 3,5 milhões. Quem ficou com a diferença?"

O ESTADO DE SÃO PAULO

06.03.83

# Condenado a 47 anos, "bons antecedentes"

É possível um detento, cumprindo pena por uma condenação de 47 anos, conseguir um atestado de bons antecedentes e a carteira de habilitação? "Sim, devido à corrupção que grassa na polícia paulista." A resposta é do próprio beneficiário, S.F. que, desde seu primeiro envolvimento "ocasional" com a polícia afirma já se ter desfeito até de bens particulares adquiridos com trabalho para "acertos" com policiais durante a trajetória de assaltante de bancos em que se converteu.

Ele confessa que sua própria quadrilha agiu com auxílio de policiais e advogados, com os quais divide "em partes iguais" o produto dos roubos e afirma: "Não tenha dúvidas. Quanto mais organizada uma quadrilha, mais certa a participação de ex-policiais, policiais da ativa mesmo ou militares. São eles que têm os melhores canais e os melhores alibis".

S.F. conta sua primeira detenção, em 1963. "Eu era feirante e empregava dois homens com passagens pela polícia. Um dia, foram presos em meu caminhão, com dois pacotes de maconha. Levaram-me junto, supondo ligações. Embora trabalhador, fiquei seis dias no antigo presídio do Hipódromo e só fui libertado porque dei dinheiro para os homens do Deic. Tempos depois, prenderam-me num bar e bilhar e, para me livrar, tive de fazer novos 'acertos'. Grana pesada que representou um desfalque na minha situação, na época. Daí para a frente, a coisa virou bagunça e entrei mesmo no crime."

S.F. conta que, enquanto os policiais não conhecem o preso, preferem fazer acertos através do advogado, passando a tratar diretamente com o detento depois que este ganha a liberdade. "As vezes, eles põem o cara no pau-de-arara para ver se ele é boca mole ou se agüenta firme. Na segunda hipótese, não apenas os acertos passam a ser diretos como também as propostas de colaboração e ação conjunta. Frequentemente também os policiais põem em liberdade um preso micho em troca de contatos com um bom cabeça-de-grupo, através de quem passam a fazer bons negócios. Eles têm, também, predileção por detentos que alcaguetam advogados, porque assim conseguem extorquir mais dinheiro.

Investigadores e policiais militares são parceiros frequentes de assaltantes, garantem os ladrões ouvidos pelo Estado, que acrescentam: eles agem basicamente em dias de folga. Um pequeno disfarce, como óculos, um bigode postiço, uma máscara, uma tintura de cabelo. E quando não agem diretamente tiram de nós e de nossa família o que bem entendem. E isso é incontestável. Basta ver o nível de vida de certos policiais, que sustentam família e amantes, possuem propriedades, carros do ano, andam cheios de jóias. Como conseguiam manter esse padrão apenas com o salário que recebem?

Da Polícia Militar, dizem os entrevistados, os que servem a Rota são os mais resistentes a acertos financeiros. "É mais fácil agirem junto do do que aceitar grana", dizem.

"Enquanto estamos em liberdade e soltando dinheiro, ficamos na rua assinando processos e sustentando policiais. Mas sempre chegará a hora de irmos em cana, e, aí, se tivermos, eles nos levam grana grossa", afirma L.C. "Pagamos à Delegacia de Capturas para que não seja expedido nosso mandado de prisão, e durante algum tempo eles camuflam tudo. Em outros setores, também há sempre uma válvula de escape para a corrupção. Do investigador ao delegado, e assim por diante, todos levam sua parte. Só que os grandes nunca aparecem na história."

A família de um desses detentos sofria assédio intenso de uma equipe de investigadores do Deic, conhecida como "equipe dos crioulos doidos", a ponto de um antigo diretor da Casa de Detenção, coronel Guedes, precisar interferir, explicando aos policiais que o casal estava separado e que, portanto, a ex-esposa nada tinha a ver com o futuro do marido. Outro teve seu carro apreendido numa batida, em 1980, e para obter sua liberação precisou dar aos policiais uma quantia equivalente ao valor do automóvel, na época: Cr\$ 400 mil.

Segundo os ladrões, essas são as razões pelas quais a Polícia não se preocupa em investigar para onde vai o dinheiro conseguido nos assaltos a bancos. "Acabariam incriminando a si próprios, porque o regime é este mesmo; um aplica (rouba); o outro fila (estorque)".

O ESTADO DE SÃO PAULO

06.03.83

# O dinheiro acaba nas aventuras

Para onde vai tanto dinheiro? Em que as quadrilhas investem o produto dos assaltos feitos com sucesso? O recente aumento do número de ações e dos valores obtidos tem despertado a curiosidade da população. No entanto, segundo revelações dos assaltantes, não há qualquer novidade no destino dado ao dinheiro roubado das agências bancárias.

— Depois das partilhas tudo é torrado em farras, mesmo. Boates, motéis, casas de jogo, drogas, viagens, apostas no jôquei, roupas geralmente importantes, compra de carros novos, aquisição de armas e acertos com a polícia, funcionários da Justiça e advogados.

Segundo assaltantes, nos dois últimos itens, que representam a própria segurança, individual e dos grupos, é consumida a maior parte do dinheiro. "Nós precisamos nos municiar para ter força de revide quando trombarmos (encontrar) com a polícia. Não podemos enfrentar a Rota com um três oitão (revólver calibre 38), mas, se a recebermos com um calibre grosso, os homens (soldados) voltam".

Mas é na compra da liberdade, ou da sua promessa, que os assaltantes afirmam consumir a maior parte daquilo que obtêm. "De investigadores a advogados e juizes, todos levam nosso dinheiro. Muitas vezes nos põem em liberdade para obterem mais grana, e não raramente até nos preparam as lanças (assaltos) e nos fornecem armas, porque, nessa circunstância, o produto do roubo é dividido em partes iguais."

## OPERAÇÕES CONJUNTAS

De policiais, os assaltantes garantem receber dicas sobre operações financeiras em que os interessados solicitam escolta policial e — mais do que isso — a proposta de assaltos. "Eles nos dão todo o serviço e, na hora, garantem a cobertura, alegando posteriormente que foram pegos de surpresa. Mas, na verdade, tudo foi minuciosamente acertado antes."

Essas operações conjuntas assaltantes-policiais são rentáveis, porque geralmente envolvem pagamentos de firmas, mas custam muito caro aos ladrões, como eles próprios confessam. "Os assaltos grandes nunca são feitos de orelhada. Sempre há alguém informando. E os detalhes das ações são conhecidos apenas da escolta e da pessoa encarregada de retirar o dinheiro. Mas, depois do negócio (entendimento com os policiais) feito, muitas vezes nos arrependemos. Eles (policiais, advogados e funcionários da Justiça) nos tiram até o que nós ganhamos fora do crime ou trabalhando no presídio."

Contra advogados, os assaltantes têm algumas das suas maiores broncas. "Eles nos depenam com promessas que nunca cumprem. No início pedem dinheiro para relaxar o flagrante. Não conseguem, e então pedem mais, para 'convencer' o Oficial de Justiça a não intimar as vítimas. Depois, querem grana para que a vítima não nos reconheça. A tentativa falha, e então prometem deixar vencer os prazos, que determinam o relaxamento do flagrante e da prisão preventiva, de 21 e 81 dias, respectivamente. É mais uma promessa que não cumprem. E então asseguram a absolvição, sempre exigindo mais dinheiro. Somos condenados, e eles prometem a revisão do processo. O resultado será sempre negativo, mas continuarão a fazer promessas: a apelação ao Supremo Tribunal Federal, a prisão albergue, a liberdade condicional. Se vacilarmos cumpriremos toda a pena e saímos duros da cadeia. E vamos pedir dinheiro a quem? Ninguém nos dará trabalho e a solução será voltar ao crime. Com a mesma rapidez todos recomeçarão o assédio. Então eu afirmo: Quem faz o delinqüente são eles mesmos. Eles são os maiores delinqüentes porque nunca irão presos. Nós, que acabamos trancafiados somos apenas os *sparrings*. Só há um jeito de acabar com o crime: é começar varrendo lá de cima."

## MILIONÁRIO, JAMAIS

A conclusão, de assaltantes de bancos em cumprimento de pena entrevistados pelo Estado, é de que o delinqüente nunca fica milionário no crime, "porque não tem cabeça quando está em liberdade, e porque é sugado por policiais e advogados quando detido e disposto a tudo para reconquistá-la".

De três a cinco minutos, em ações bem-sucedidas esses homens obtêm milhões de cruzeros que, na maioria das vezes, evaporam em poucos dias. E muitos deles, após uma carreira no crime de vários anos, acabam na miséria.

L.C., condenado a 47 anos de prisão por assaltos a bancos e a carros pagadores, dá outras razões para isso, além dos achарques de policiais e funcionários da Justiça. "O crime em São Paulo não está organizado, apesar de algumas ações mais arrojadas. Aquil cada um luta por si, e nem entre os integrantes de uma mesma quadrilha há solidariedade. Quando um elemento é preso os outros afnam."

Esse detento, considerado durante anos um dos principais assaltantes de bancos de São Paulo, revela que são poucos aqueles que, com

alguma visão, investem parte do dinheiro obtido nos assaltos. E até os que o fazem acabam cometendo erros primários, como colocar todos os bens adquiridos em nome de uma única pessoa — geralmente esposa ou amante —, ou então investir altas somas logo após o assalto. "Nesses dois casos o elemento estará entregando o jogo."

Segundo L.C., o Rio é a única praça onde os assaltantes de bancos estão organizados, no País. "Lá, cada quadrilha tem dois ou três elementos de ficha absolutamente limpa, que manuseiam todo o produto dos roubos. Parte desse dinheiro vai para depósito bancário e é utilizado posteriormente para a compra de armas — para fortalecer o grupo — e para acertos com policiais e advogados. Os ladrões nunca aparecem nessas transações".

## CASAS DE ARMAS

O assaltante explica que a única tentativa de implantar um esquema semelhante em São Paulo partiu do Xepa — o assaltante de bancos mais procurado do Brasil — pouco tempo antes de ser preso, em fevereiro de 81. "Mas ele próprio, com um pouco mais de visão que os demais companheiros, fez muita burrada. Numa única noite Xepa perdeu Cr\$ 700 mil num cassino no Bixiga. Um absurdo! Quase a sua participação no assalto praticado na véspera. Em outra ocasião ele gastou Cr\$ 100 mil em apenas um dia, na 'Casa da Eny', em Bauru. Sua primeira detenção também foi uma *marcada*. Estava em uma boate em Salvador, comemorando com seu grupo o êxito de um grande assalto praticado em São Paulo. Fizeram uma despesa tão grande que, na hora de acertar a conta, ele resolveu comprar o estabelecimento. Isso alertou os policiais baianos e, dias depois, uma equipe de agentes paulistas os prendiam lá mesmo."

Além das bobeadas, "quando o cara endoida vendo muita grana na mão", o que mais contribui para o esbanjamento de dinheiro é o vício. "O elemento viciado investe em drogas a maior parte do que fatura nos assaltos. E geralmente se dá mal porque a polícia acaba apreendendo tudo, e ele fica sem as duas coisas: o dinheiro e o tóxico", diz L.C. Segundo ele, armamento e munição também são itens onde se investe muito, devido à sua importância. "Normalmente compramos armas contrabandeadas do Paraguai, a preços altos, ou então as adquirimos de policiais mesmo, que as tomam de outros assaltantes. Quando não conseguirmos bons negócios e temos necessidades urgentes, o jeito é assaltar casas de armas."

# Segurança em discussão

A Associação de Bancos do Estado de São Paulo repudia as denúncias dos assaltantes, segundo as quais as instituições reclamam às seguradoras valores superiores aos efetivamente roubados, e que por essa razão os bancos não têm interesse em aprimorar seus esquemas de segurança. Segundo Geraldo Vidigal, consultor geral da entidade, "esse raciocínio só pode partir da infinita burrice dos ladrões, que certamente julgam os demais com base no próprio caráter".

Para Vidigal, "o aumento dos assaltos deve-se à falta de estrutura policial para atender a tempo as ocorrências e ao esquema de vigilância ostensiva imposto por lei, que ao determinar o uso de seguranças fardadas torna-os alvos fáceis dos assaltantes, e seus supridores de armas".

Ele define o atual regime de vigilância como inútil e caro e diz que as agências não podem reforçá-lo por duas razões: "Não podemos transformar os bancos em praças de guerra, com um número excessivo de homens armados, nem temos condições de suportar gastos extraordinários com segurança, item no qual gastamos somas superiores às perdas provocadas pelos assaltos".

O coronel Togor Tessitore critica a posição da Associação, dizendo que a preocupação dos bancos não é reduzir o número de assaltos, mas simplesmente gastar menos. "Essas instituições vêem segurança bancá-

ria apenas sob o aspecto contábil, ignorando a segurança do cliente e do funcionário. E com isso estimulam o número de ataques." Tessitore contestou, ainda, a crítica ao aparelhamento policial, feita por Geraldo Vidigal, afirmando que a média para o atendimento das chamadas, em 1982, foi de sete minutos e 87 segundos. "Mas não temos culpa se muitos gerentes proibem os vigilantes de acionar os alarmas, enquanto os assaltantes estão agindo."

O coordenador da Ciop revelou, também, que em diversas ocasiões "a polícia tem aconselhado os bancos a modernizarem seus sistemas de alarmas, obtendo sempre respostas negativas, justificadas por questões financeiras".

Para o diretor da Penitenciária do Estado, Floriano Peixoto, "os bancos são os locais onde os assaltos são mais fáceis e rendem mais", e ele diagnostica pelo menos uma razão para a ação tranqüila dos ladrões: a descentralização das redes de agências. "Antigamente, os bancos eram agrupados em áreas destinadas apenas para esse fim. O controle era mais fácil. Sua descentralização pelos bairros, na preocupação de ir ao encontro de clientes, facilita muito a ação dos assaltantes, até mesmo para a fuga." E Peixoto recomenda cautela com eles: "São violentos, frios e perigosos. E quando agem, não contam muito com a vida. Melhor não reagir".

## Os assaltos de 1982

ASSALTOS	VALORES
Janeiro - 31	Cr\$ 42.996.439,00
Fevereiro - 17	Cr\$ 28.856.239,00
Março - 48	Cr\$ 104.644.523,00
Abril - 26	Cr\$ 53.466.178,00
Maió - 28	Cr\$ 67.544.203,00
Junho - 21	Cr\$ 49.833.288,00
Julho - 26	Cr\$ 70.411.037,00
Agosto - 26	Cr\$ 66.441.864,00
Setembro - 27	Cr\$ 49.878.655,00
Outubro - 22	Cr\$ 55.333.793,00
Novembro - 41	Cr\$ 105.771.022,00
Dezembro - 53	Cr\$ 136.147.131,00
Total/ano - 366	Cr\$ 831.434.372,00

## Mortos, feridos, presos

Dos 366 assaltos praticados em 1982, os ladrões não conseguiram consumir sua tentativas em 31. Em conjunto, esses assaltos renderam 368 armas roubadas dos vigilantes. Foram feridos 18 vigilantes, sete outros morreram em tentativa de impedir a ação dos marginais. oito funcionários de bancos também saíram feridos e três morreram. O saído dos assaltantes: dez feridos, nove mortos, 29 presos em flagrante. Entre os

policiais que combateram os assaltos, dois saíram feridos em 1982, porém sem gravidade. No quadro abaixo, é mostrado o total de assaltos em 1983, verificando-se um grande número em janeiro e também em fevereiro. Somente em um assalto de fevereiro, foram roubados Cr\$ 420 milhões (em dinheiro e cheques) de um carro de valores em São José dos Campos).

## Em dois meses de 1983

ASSALTOS	VALORES
Janeiro - 52	Cr\$ 78.114.164,00
Fevereiro - 46	Cr\$ 205.017.911,80
S.J. dos Campos - fev.	Cr\$ 420.000.000,00
Total parcial	Cr\$ 703.132.075,80

O ESTADO DE SÃO PAULO

06.04.83

## Câmbio

Na sexta-feira, o Banco Central do Brasil cotou o dólar norte-americano a Cr\$ 394,060 para compra e a Cr\$ 396,030 para venda. No Mercado Livre, que se mostrou instável, o dólar caiu e foi negociado entre Cr\$ 640,00 e Cr\$ 650,00 para compra e entre Cr\$ 670,00 e Cr\$ 680,00 para venda.



## Câmbio

### COTAÇÕES DO DIA 11/03/83 EM RELAÇÃO AO CRUZEIRO

Países	Moedas	(1)		(2)		(3)	
		Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
Estados Unidos	Dólar	394,06	396,03	394,060	396,030	396,00	396,05
Argent. (financeiro)	Peso					0,00633	0,00634
Bolívia	Peso					N/Cotado	
Equador	Sucre					5,54400	5,54470
Paraguai	Guarani					2,49480	2,49512
Peru	Sol					0,35640	0,35645
Uruguai (comercial)	Peso					N/Cotado	
Venezuela	Bolivar					N/Cotado	
México	Peso					2,41463	2,45994
Inglaterra	Libra	588,13	599,79	588,730	600,380	593,60400	594,07500
Alemanha	Marco	163,64	166,84	162,440	165,630	165,58645	165,67664
Suíça	Franco	190,470	194,270	190,050	193,840	192,65386	192,80915
Suécia	Coroa	52,533	53,490	52,431	53,365	53,08311	53,16107
França	Franco	56,427	57,571	57,002	58,180	57,10166	57,19134
Bélgica	Franco	8,3079	8,4589	8,250	8,398	8,40051	8,40692
Itália	Lira	0,27346	0,27889	0,274	0,279	0,27673	0,27715
Holanda	Florim	147,84	150,73	146,640	149,510	149,74475	149,82031
Dinamarca	Coroa	45,393	46,217	45,106	45,923	45,88644	45,94548
Japão	Iene	1,6477	1,6803	1,644	1,677	1,66562	1,66653
Austria	Xelim	23,298	23,720	23,126	23,545	23,50148	23,64478
Canadá	Dólar	320,01	325,28	319,100	324,510	323,23892	323,35892
Noruega	Coroa	54,530	55,525	54,442	55,436	55,38462	55,46919
Espanha	Peseta	2,9602	3,0132	2,970	3,024	2,99433	3,00807
Portugal	Escudo	4,1886	4,3081	4,166	4,285	4,21277	4,30489
África do Sul	Rand					363,33000	365,35613
Filipinas	Peso					43,56000	43,56550
Kwait	Dinar					1,355,11200	1,355,83757
Nova Zelândia	Dólar					258,78600	259,21473
Austrália	Dólar	336,09	342,18	333,340	339,390	338,18400	338,62275
Paquistão	Ruppee					32,67000	32,67412
Hong Kong	Dólar					59,67720	59,76395
Finlândia	Markka					73,65600	73,66530
Índia	Ruppee					39,75840	39,84263
Dólar Convênio	Dólar					394,06	396,03

Dólar Repasse — Cr\$ 394,650. Dólar Cobertura — Cr\$ 395,640.

Fontes — (1) — Banco Central do Brasil — abertura

(2) — Agência Estado — Obs. — Os números acima representam a média aproximada das cotações de alguns importantes mercados internacionais. Por esta razão, não são rígidos, estando sujeitos a oscilações, de banco para banco, dependendo do volume, oportunidade, ou importância de cada operação. Normalmente, os preços estabelecidos pelos bancos e corretores não coincidem entre si, mas devem estar fixados em torno da tabela acima.

(3) — Corretora Souza Barros Câmbio e Títulos S/A. — fechamento em Nova York.

## DIÁRIO DO COMÉRCIO

12 e 14.03.83



## COMISSÃO DE SEGUROS INCÊNDIO E LUCROS CESSANTES

### DESCONTOS POR EXTINTORES

#### RESOLUÇÕES SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- |   |   |
|---|---|
| <p>- <u>TECNOFORJAS S.A. INDÚSTRIA DE AUTO PEÇAS - Av. Rio das Pedras nº 552 - SÃO PAULO - S.P.</u><br/>D T S - 0907/83 - 01.03.83</p> <p>- <u>NAKATA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Av. Plastispuma nºs 200 e 320 - DIADEMA - S.P.</u><br/>D T S - 0961/83 - 03.03.83</p> | <p>- <u>ONOGÁS S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA QI - 12 Lotes 19 a 23 - TAGUATINGA - DISTRITO FEDERAL</u><br/>D T S - 0963/83 - 03.03.83</p> |
|---|---|

\*

### DESCONTOS POR HIDRANTES

#### RESOLUÇÕES SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- |   |  |
|---|--|
| <p>- <u>CAPRI TEXTIL INDUSTRIAL LTDA. - Av. Minas Gerais, s/nº - BRAGANÇA PAULISTA - S.P. -</u><br/>D T S - 0825/83 - 11.02.83</p> <p>- <u>PIRÂMIDES BRASÍLIA S.A. IND. E COMÉRCIO - R. Maria Coelho Aguiar nº 279 - SÃO PAULO - S.P.</u><br/>D T S - 0826/83 - 11.02.83</p> <p>- <u>MARTINE &amp; ROSSI LTDA. - R. Martine nºs 278/292 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.</u><br/>D T S - 0827/83 - 11.02.83</p> <p>- <u>MANNESMANN S.A. - Av. Monteiro Lobato, 3.097 - GUARULHOS - S.P.</u><br/>D T S - 0828/83 - 11.02.83</p> <p>- <u>ERICSSON DO BRASIL IND. E COMÉRCIO S.A. - R. da Coroa nº 500 SÃO PAULO - S.P.</u><br/>D T S - 0829/83 - 11.02.83</p> | <p>- <u>ARAYA DO BRASIL INDUSTRIAL LTDA Rodovia Taubaté à Quiririm - Km.6 TAUBATÉ - S.P.</u><br/>D T S - 0830/83 - 11.02.83</p> <p>- <u>AEROQUIP SULAMERICANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - Antiga Rodovia São Paulo/Rio-Km.181 - GUARATINGUETÁ - SÃO PAULO</u><br/>D T S - 0831/83 - 11.02.83</p> <p>- <u>ROHM AND HAAS BRASIL LTDA. - Av. Pres. Humberto de Alencar Castelo Branco, 3200 - JACAREÍ - S.P.</u><br/>D T S - 0832/83 - 11.02.83</p> <p>- <u>DOW QUÍMICA S.A. - DIVISÃO AGRO VET - Estrada Velha São Paulo / Campinas - Km.38 - FRANCO DA ROCHA - S.P.</u><br/>D T S - 0846/83 - 11.02.83</p> |
|---|--|

- PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMA  
CÊUTICOS S.A. - Av. Engenheiro  
Billings, 1729 - SÃO PAULO - S.P.

D T S - 0898/83 - 28.02.83

- TEXTIL J. SERRANO LTDA.-Rod. Ra  
poso Tavares, Km.43/44-COTIA-S.P.

D T S - 0899/83 - 28.02.83

- B T R DO BRASIL LTDA.-Via Anhan  
guera, Km. 107,3 - SUMARÉ - SP

D T S - 0900/83 - 28.02.83

- POIANI TRALDI & CIA. LTDA. - Rua  
Sadai Takagi, 255 - SÃO BERNAR-  
DO DO CAMPO - SÃO PAULO

D T S - 0901/83 - 28.02.83

- ALGODOEIRA SÃO MIGUEL S.A. (FA-  
ZENDA SÃO MIGUEL) - Br. 340-Km.  
150 - Distr. de Fernando Pedro-  
sa - ANGICOS - RN

D T S - 0902/83 - 28.02.83

- UNITIKA DO BRASIL INDÚSTRIA TEX  
TIL LTDA. - Via Anhanguera, Km.  
125 - AMERICANA - S.P.

D T S - 0903/83 - 28.02.83

- CIA. INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS -  
CIPLA - Rua Vinte e Seis nº.300  
Parque Residencial Bandeirantes  
B.São Judas Tadeu - SUMARÉ - S.P.

D T S - 0904/83 - 28.02.83

- GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A. -  
Av. Prosperidade, 526 - SÃO CAE  
TANO DO SUL - SÃO PAULO

D T S - 0905/83 - 28.02.83

- TECELAGEM WIESEL S.A. - Rua Jus  
celino Kubistchek de Oliveira nº.  
1350 - SANTA BÁRBARA D'OSTE-S.P.

D T S - 0964/83 - 03.03.83

- FIAÇÃO BRASILEIRA DE RAYON FI-  
BRA S.A. - Bairro São Gerônimo,  
s/nº. - AMERICANA - S.P.

D T S - 0965/83 - 03.03.83

- INDÚSTRIAS VILLARES S.A. - DIVI  
SÃO ELEVADORES - Av. Interlagos,  
4.445 - SÃO PAULO - S.P.

D T S - 0966/83 - 03.03.83

- U.S.M. DO BRASIL INDÚSTRIA E CO  
MÉRCIO LTDA.-Rua Santa Maria nºs.  
245 e 237 - SÃO PAULO - SP

D T S - 0967/83 - 03.03.83

- ASHLAND RESINAS SINTÉTICAS LTDA.  
Via Anhanguera - Km. 103 - CAM  
PINAS - SÃO PAULO

D T S - 0968/83 - 03.03.83

\*

## T A R I F A Ç Ã O I N D I V I D U A L

### DECISÕES DA SUSEP SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- COTONIFÍCIO DE SÃO BERNARDO S.A. - Av. Cezar Magnani, 501 - SÃO BER  
NARDO DO CAMPO - S.P:- Ofício Susep Detec/Seseb nº. 054/83, de  
26.01.83, aprova, na forma abaixo, a alteração da classificação dos  
locais marcados na planta-incêndio do segurado supra, localizado no  
endereço acima mencionado:

<u>PLANTA</u>	<u>RUBRICA</u>	<u>L.O.C.</u>
3(1º/2º pav.)5,5A/B,	012.72	1.05.1
5D e 7	012.71	1.07.1
6	012.72	1.05.2
10, 11 e 12A	012.71	1.07.2
9,12(1º/2º pav.)e 13		

A presente concessão vigorará a partir de 19 de dezem-  
bro de 1981, mediante aplicação do desconto de 25%(vinte e cinco por  
..%.

cento) sobre as taxas básicas da TSIB, até 06.02.83, data de vencimento da Tarifa Individual.

- SECURIT S.A. - Rodovia Presidente Dutra - Km. 218,6 - GUARULHOS - SÃO PAULO: - Ofício Susep Detec/Seseb nº. 065/83, de 26.01.83, aprova a Tarifa Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas normais da Tarifa, aplicável ao local nº. 2, rubrica 364.31;
- b) - vigência de 3 (três) anos, a contar de 04 de janeiro de 1982; e
- c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº. 12/78.

- UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA. - Estr. de Piaçaguera, s/nº. - MAUÁ - S.P.: - Ofício Susep Detec/Seseb nº. 903/82, de 21.01.83, aprova a Tarifa Individual para as coberturas básicas de incêndio e de explosão do segurado supra, pelo prazo de 3 (três) anos, a partir de 25.05.82, já considerados os descontos por instalações de prevenção e combate a incêndio, representada pelas seguintes condições:

a) - Taxação

<u>Risco</u>	<u>Planta</u>	<u>Classificação Básica do Risco</u>	<u>Taxa Final</u>
<u>ÁREA 01 - FÁBRICA ANTIGA DE POLIETILENO</u>			
001	01/04, 13, 14, 32	E3 F3	0,244%
002	05	E3 F3	0,244%
003	06/11, 26/28, 33	E1 F3	0,100%
004	24	E1 F3	0,115%
005	29 e 31	E1 F1	0,100%
<u>ÁREA 02 - ÁREA DE TANQUES</u>			
006	02/04	D	0,160%
007	05, 06, 08, 09, 10/27, 29/33 e 35	D	0,160%
<u>ÁREA 03 - ALMOXARIFADO E OFICINAS DE MANUTENÇÃO</u>			
008	01, 02, 04, 06, 07/09 e 36	E1 F2	0,100%
<u>ÁREA 04 - NOVAS UNIDADES DE POLIETILENO</u>			
009	01	E3 F3	0,244%
<u>ÁREA 05 - ARMAZENS DE POLIETILENO ENSACADO E EXPEDIÇÃO</u>			
010	01	E1 F3	0,100%
<u>ÁREA 06 - COMPRESSÃO E RECUPERAÇÃO DE GÁS E DE PRODUÇÃO DE ETENO A PARTIR DO ALCÓOL</u>			
011	01	E2 F4	0,230%
012	02	E1 F2	0,100%
013	04A e 04B	E2 F3	0,166%
014	04C	E2 F3	0,170%
<u>ÁREA 09 - UTILIDADES</u>			
015	01	E2 F2	0,100%
<u>ÁREA 11 - TANQUES DE ESTOCAGEM</u>			
016	01	D	0,160%
017	01D	D	0,160%
			.. / .

<u>Risco</u>	<u>Planta</u>	<u>Classificação Básica do Risco</u>	<u>Taxa Final</u>
<u>ÁREA 12 - MOINHO DE MANGANÊS</u>			
018	01 e 03	E1 F1	0,100%
019	02	E1 F1	0,100%
<u>ÁREA 13 - PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO</u>			
020	01,08 e 17	E2 F3	0,170%
021	02	E1 F3	0,101%
022	03,04 e 13	E1 F3	0,101%
023	05	E2 F2	0,112%
024	06 e balança	E1 F1	0,100%
025	07 e 19	E1 F1	0,100%
026	18	E1 F2	0,100%
027	14	E1 F1	0,100%
028	15	E1 F1	0,100%
<u>ÁREA 15 - UNIDADE DE PRODUÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS</u>			
<u>SEVIN E TEMIC</u>			
029	01,02,04A,04B, e 04C	E1 F3	0,112%
030	03	E1 F1	0,100%
031	04D e 04E	E1 F3	0,115%
032	05	E1 F1	0,100%

Caso ocorra alteração das características de vizinhança, de ocupação ou de prevenção/proteção de qualquer um dos riscos taxados, o segurado se obriga a dar completa ciência do fato, imediatamente, à seguradora, para que providencie revisão da taxa da unidade alterada. O descumprimento dessa obrigação sujeita o segurado, na eventualidade de sinistro, a suportar prejuízos na proporção da insuficiência do prêmio pago.

\* \_\_\_\_\_

## OUTROS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

### DECISÕES DO IRB SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- SHOPPING CENTER DE RIBEIRÃO PRETO - Av. Coronel Fernando Ferreira Leite, 1540 - RIBEIRÃO PRETO - S.P. - SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME:- Ofício IRB DITRI-053/83, de 12.01.83, concorda com a negativa do desconto por instalação de sistema de detecção e alarme, uma vez que a proteção existente é parcial.
- MAKRO ATACADISTA S.A. - Av. Morvan Dias de Figueiredo, 3131 - SÃO PAULO - S.P. - DESCONTO POR CHUVEIROS AUTOMÁTICOS:- Ofício IRB DITRI-054/83, de 14.01.83, concorda com a renovação do desconto de 60% (sessenta por cento), para os locais assinalados na planta incêndio com os n.ºs. 1, 2, 3, 4 e 4-A, protegidos por sprinklers com duplo abastecimento de água, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 20.12.82.

\* \_\_\_\_\_

COMISSÃO DE SEGUROS TRANSPORTES  
TARIFAÇÃO ESPECIAL

DECISÃO DA SUSEP SOBRE O SEGUINTE PROCESSO:-

- VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.

Ofício Susep Detec/Seres nº. 031/83, de 26.01.83, aprova em caráter excepcional, a Tarifação Especial - Transportes aplicável aos Seguros Aéreos, Marítimos e Terrestres, Viagens Internacionais, para os seguros efetuados pelo segurado supra, pelo período de 01.01.81 a 31.12.82, representada pelas seguintes taxas individuais:

a) - 0,40% (quarenta centésimos por cento) para importação de aparelhos e maquinários, garantia All Risks;

b) - 0,50% (cinquenta centésimos por cento) para importação de automóveis, inclusive peças e acessórios, garantia All Risks;

c) - 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) para importação de outras mercadorias, garantia All Risks.

Informa, outrossim, que o Superintendente tornou sem efeito a taxa individual de 0,16% (dezesseis centésimos por cento) para importação de chapas, fitas, barras e tubos de aço, garantia F.P.A.

DECISÕES DO IRB SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- BAYER DO BRASIL S.A.

Ofício IRB DITIN-1171/82, de 03.11.82, favorável a extinção da Tarifação Especial do segurado em epígrafe, a partir de 01.01.81.

- TINTAS CORAL S.A. E CONTROLADAS

Ofício IRB DITIN-006/83, de 03.01.83, autorizando a extensão do desconto percentual de 50% (cinquenta por cento), sobre as taxas da "Tabela de Taxas Mínimas para os Seguros de Transportes Terrestres, Viagens Internacionais" efetuados pelo segurado em epígrafe, com Garantia All Risks, salientando-se,

no entanto, que a taxa do seguro não poderá ser inferior a 0,16% (dezesseis centésimos por cento) de acordo com o Capítulo I, item 1.14.5 da Circular SUSEP nº. 44, de 22.10.82.

Outrossim, informa que a concessão acima deverá vigorar a partir de 01.01.83, com término em 01.10.83.

- EQUIPAMENTOS CLARK LTDA.

Ofício IRB DITIN-015/83, de 05.01.83, examinando o assunto, resolveu manter a data de 01.09.82, para início da concessão da Tarifação Especial do segurado em questão, estabelecido pelo OF.DETIR-115/82, de 05.08.82, dirigido à SUSEP.

\*

SOLENIIDADE DE POSSE DA DIRETORIA DO SINDICATO DAS  
EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO  
ESTADO DE SÃO PAULO, ELEITA PARA O TRIÊNIO 1983/1986

Discurso pronunciado pelo sr. Walmiro Ney Cova Martins

Senhores:

Serei breve.

Mesmo assim não deixarei de lembrar que falei pela primeira vez como Presidente desta casa em março de 1968. Assumia então aquele cargo.

Voltei a falar-lhes em cerimônia similar a esta em março de 1971. Deixava então o cargo que assumira em 1968.

Os anos se passaram e de novo voltava a falar como Presidente de Diretoria em março de 1977. Hoje, como em 1971, cumpridos dois mandatos, volto a dirigir-me aos Senhores, deixando o cargo ao qual fui conduzido em março de 1977 e reconduzido em março de 1980.

Invade-me neste instante a nostalgia de partir. Hoje, é novamente dia de deixar. É portanto, dia de agradecer. E agradecer é o que fazemos agora a todos

quanto conosco estiveram de alguma forma, voltados aos afazeres desta casa. Citar nomes foi o meu primeiro ímpeto. O receio, porém, de parecermos indelicados ao esquecermos-nos alguém, fêz-nos recuar. Postamo-nos, pois, diante do agradecimento impessoal, declarando que não fosse o incomparável espírito de compreensão que encontramos vindo de todas as partes, dificilmente teríamos encontrado forma de atacar os mais variados problemas que nos foram propostos nesses passados seis anos.

Registro pois aqui, com a emoção de quem fala com o coração, o meu mais sincero agradecimento a todos quanto relevaram as minhas limitações e medaram mão forte para superar as expectativas adversas e que não foram assim tão poucas.

Ilustre e Experiente Presidente, Dr. Octavio Cesar do Nascimento. Ao transmitir-lhe o cargo, registro que o Senhor foi chamado a assumir uma grande responsabilidade, e, aceitou-a. A maciça votação que lhe consagram os Seguradores Paulistas dá bem a medida da responsabilidade que lhe atribuíram. Conheço-lhe. Estivemos juntos por três anos no decurso do mandato que hoje se extingue. Reitero-lhe, que tenho absoluta convicção que o Senhor conhece o que representa o Mercado Paulista dentro do Mercado Segurador Brasileiro. É daqui, por força

do nosso grande volume de operações, de onde parte também o grande volume de solicitações a reclamarem providências. Estou convicto de que o Senhor sabe disso, e muito mais convicto estou de que nas suas qualidades de homem probo e trabalhador repousam a certeza de que o Senhor está disposto a lutar, objetivando sempre o melhor para os destinos desta casa, casa do Seguro Paulista, ponderável parcela, como disse, do Seguro Brasileiro. Desejo ao Senhor e aos seus pares toda boa sorte possível e que Deus os abençoe todos os dias para que consigam servir bem à causa que abraçaram.

Meus Amigos.

Ja disse isso antes. Já disse isso em oportunidade idêntica a esta. Provavelmente será esta a segunda vez que encerrarei um mandato com estas palavras; outras não dariam bem a dimensão do que me acode à consciência nesse instante. E se estas palavras traduzem o que me vai no mais profundo do âmago, não vejo porque não repeti-las — agora.

HOJE DEIXO ESTA CASA COM A CONSCIÊNCIA DAQUELE QUE CUMPRIU O SEU DEVER.

Meus Senhores. Afirmo-lhes isto com a convicção de quem fala autorizado por sua consciência. E, para mim, isto é bastante.

Obrigado.

São Paulo, 01/03/83 .-

Solenidade de posse da Diretoria do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de São Paulo, eleita para o triênio 1983/1986

Discurso pronunciado pelo dr. Octávio Cezar do Nascimento

Há cerca de seis meses, no processo de renovação do mandato da atual Diretoria do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de São Paulo, fomos indicados por alguns Seguradores para formar uma chapa, a fim de concorrer às eleições.

Na oportunidade, procuramos manter diálogo com as várias correntes do Mercado, através da Associação das Companhias de Seguros, na pessoa de seu Presidente, dr. Caio Cardoso de Almeida, como também com o Presidente do Sindicato, dr. Walmiro Ney Cova Martins.

Assim sendo, foi possível organizar uma chapa onde se encontram representadas as várias tendências do Mercado. Como consequência do consenso obtido, tornou-se única e sua eleição bastante prestigiada, pois a ela estiveram presentes 100% dos Associados, com apenas um voto em branco.

Pelo apoio recebido, esta Diretoria sente-se bastante comprometida, não só pela grande responsabilidade de substituir a atual, como também pelos novos desafios que se lhe afiguram, face ao difícil momento por que passa a economia brasileira e seus reflexos no mercado segurador.

Os fatos que marcaram 1982 já foram amplamente debatidos pela comunidade seguradora, mas destacamos três deles que julgamos extremamente importantes:

- A inversão da tendência de crescimento real negativo, pois o volume de prêmios cresceu em valores muito próximos aos da inflação, apresentando, talvez, pequeno crescimento real.
- O agravamento dos resultados industriais negativos, não só por aspectos operacionais, tributários e fiscais, como também pelo crescimento das despesas administrativas a taxas superiores às da inflação e ainda pelo aumento dos custos de captação.
- A manutenção do nível de emprego em nossa atividade, ponto bastante positivo.

Não poderíamos prosseguir sem antes prestar nossa homenagem e reconhecimento a Walmiro Neij Cova Martins, incansável batalhador, tradicional segurador, com longos anos de dedicação ao Mercado e ao Sindicato, cuja Presidência exerceu por três mandatos, distinguindo-se pelo seu conhecimento, firmeza e serenidade.

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento preconizava que, em 1980, a contribuição do setor Seguros na formação do PIB seria da ordem de 3%. Chegamos a superar o percentual de 1% e hoje estamos abaixo desse índice.

Por esse quadro, constatamos da imperiosa necessidade da união de todo o Mercado para retomada do processo de desenvolvimento do setor.

A nova Diretoria do Sindicato se propõe a participar desse projeto, procurando dialogar com os mais variados componentes do Mercado, num debate coerente onde os anseios e necessidades dos Seguradores, Corretores, Segurados e Autoridades do setor possam ser atendidos.

Como já mencionamos, o nível de emprego, em nossa atividade, foi mantido, não se registrando, nos últimos anos, qualquer política de redução de pessoal por parte das empresas. Dentro do atual momento da economia, necessitamos manter diálogo constante com as lideranças da classe securitária, no sentido de se obter consenso para os pontos de vista, às vezes divergentes.

Aqui gostaríamos de abrir um pequeno parênteses para fazer um comentário sobre a função social do seguro.

Como todos sabemos, é um elemento importante na manutenção da paz social, através da garantia de reposição de patrimônio e nível de renda a segurados e beneficiários. Possui, ainda, efeito multiplicador, que implica em benefícios sociais muito mais amplos que a simples indenização, pois, ao repor um ativo gerador de riquezas, está repondo não só o patrimônio, mas também, e principalmente, garantindo os empregos que fatalmente desapareceriam por força do sinistro.

Por outro lado, a aplicação das Reservas Técnicas, oriundas dos prêmios arrecadados, gera também benefícios à economia como um todo, através da participação no capital das empresas, fortalecendo-as e fornecendo recursos de longo prazo para a realização de novos investimentos, gerando, mais uma vez, novos empregos.

Esta constatação nos leva a outro item de nossa agenda de trabalho, ou seja, a retomada dos incentivos fiscais para o seguro.

Como todos bem se recordam, os seguros de Vida e Acidentes Pessoais gozavam de incentivos fiscais que permitiam aos segurados a dedução do valor dos prêmios pagos quando da declaração do Imposto de Renda. A retirada desses incentivos causou obstáculos à comercialização e se constituiu em desestímulo à contratação desses seguros, contrariando toda a política oficial, consubstanciada nos incentivos dados às Cadernetas de Poupança, subscrição de Ações, Fundos Setoriais e contribuição aos Fundos de Previdência Privada.

Parece-nos mais do que justo o retorno desses incentivos, assim como sua ampliação e, quem sabe, até extensão às Pessoas Jurídicas, que venham a estabelecer planos mais amplos, beneficiando seus funcionários, que carecem de capacidade de poupança, de forma a proteger os beneficiários dos mesmos, garantindo o futuro de suas famílias.

Já existem incentivos às empresas, tais como os de alimentação e treinamento. Por que não estendê-los para planos de seguro?

Um dos conceitos básicos do seguro é a denominada boa fé na sua contratação. Sabemos que nem sempre este é o espírito de alguns, que tentam fraudar a instituição do seguro. Os jornais e demais órgãos de divulgação estampam com frequência notícias

relativas a atos que poderíamos classificar de criminosos. Com o objetivo de proteger nossas instituições, pretendemos dar continuidade ao projeto desenvolvido pela Diretoria anterior, de implementar o serviço de proteção ao seguro, em fase final de elaboração.

Com esse serviço, pretendemos dotar nosso Sindicato de mecanismo de informações, através um cadastro permanente, atualizado, que possibilitará às empresas melhor análise e critério nas aceitações de riscos e regulação de sinistros.

Ainda em continuidade com o projeto iniciado pela Diretoria anterior, da campanha para aquisição de nova sede, imaginamos, talvez, algo que poderíamos, na intimidade, chamar de "Casa do Seguro". A idéia é desenvolver projeto mais amplo, com o envolvimento de todos os órgãos ligados à nossa atividade, reunindo num só local Sindicato, Associações, Sociedades e, quem sabe, também as Delegacias do IRB e da SUSEP no Estado de São Paulo.

A aglutinação de todos esses órgãos em um único prédio, nos levaria a uma economia, pois áreas de uso comum, como salas de reunião, auditório, sala de treinamento e outras, seriam utilizadas por todos os órgãos nele instalados.

Com o vertiginoso desenvolvimento da tecnologia moderna, surgem novos riscos, cada vez mais sofisticados, e para tal necessitamos de pessoal qualificado e preparado para atender às necessidades do mercado consumidor. Nosso setor carece de Escola de nível

superior para formação de profissionais. Lembramos aos presentes que outras atividades como Jornalismo, Turismo, Propaganda, já possuem suas Escolas de formação de pessoal especializado.

Pretendemos apoiar e incentivar essa idéia, que já vem sendo debatida por várias entidades do Mercado.

Por último, outro ponto de destaque de nossa Agenda é o Marketing de Seguros.

Não temos conseguido crescer como desejamos e as estatísticas atestam a afirmação. No período 1976/1981, o PIB evoluiu, em termos nominais, cerca de 16 vezes, o Índice Geral de Preços, 13 vezes, e o Seguro, 12 vezes. Não só vimos diminuir nossa participação no PIB como apresentamos crescimento real negativo no período, embora alguns planos de massificação, por ações individuais, tenham obtido melhores resultados. Enquanto isso, vimos outros setores da economia se desenvolverem, com desempenho muito superior, em função da existência de um plano estratégico de Marketing.

Entendemos oportuno o desenvolvimento de estudos com a união de forças entre todos os órgãos da classe, com a participação do IRB e da SUSEP, no sentido de se estruturar um plano global, a exemplo do que foi realizado para a divulgação das Cadernetas de Poupança.

Não devemos esquecer que grande parte da população ainda se encontra à margem dos benefícios do seguro. Precisamos de criatividade, encontrando novos processos de comercialização, oferecendo pacotes com coberturas múltiplas, através de mecanismos simplificados.

Pretendemos constituir, no Sindicato, uma Comissão de Marketing para trabalhar em conjunto com outras entidades do Mercado, que se disponham ao mesmo objetivo e, principalmente, com a Comissão existente na FENASEG.

Temos a certeza que, na união de esforços, alcançaremos uma posição no cenário nacional compatível com a importância de nosso produto, prosseguindo no objetivo de alcançar os tão desejados 3% de participação no PIB, preconizados no segundo PND.

Finalizando, reafirmamos nosso firme propósito de enfrentar os desafios, estando sempre presentes e dispostos ao debate e diálogo com todos, a respeito destes e de outros aspectos ligados à nossa atividade.

Aos presentes, nossos agradecimentos pelo comparecimento a esta cerimônia.

Muito obrigado.

